



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024



Sobre o Banpará

O Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) é uma Sociedade de Economia Mista, organizada sob a forma de banco múltiplo. Criada desde 1959, tem como missão criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.

O Banpará, hoje com 239 unidades de atendimento, possui um portfólio de produtos e serviços financeiros disponíveis aos seus clientes e usuários e participa de diversos programas, projetos e iniciativas da administração pública, oferecendo soluções personalizadas que auxiliam no atendimento às demandas sociais, como agente financeiro oficial do Governo do Estado.

Diretoria



Ruth Pimentel Mélo

Diretora-Presidente



Adriano de Aguiar Ribeiro

Diretor de Tecnologia



Graciele Silva de Sousa Galvão

Diretora Comercial e Fomento



Igor Barbosa Gonçalves

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores



Paulo Roberto Arevalo Barros Filho

Diretor Administrativo



Vando Vagner

Diretor Financeiro e de Produtos e Serviços Comerciais



Ruth Pimentel Mélo

Diretora-Presidente

"A primeira mulher a assumir a presidência do Banpará, destaca-se por seu perfil executivo exemplar. Profissional com formação em Ciências Econômicas, Pós-graduada em Gestão de Projetos e MBA em Gestão Empresarial, acumula experiência de mais de 39 anos dedicados à instituição.

Ao longo de sua trajetória ascendente no Banpará, Ruth ocupou diversas posições-chave, incluindo Gerente Geral, Gerente de Serviços Internos, Chefe do Núcleo de Relacionamento com o Governo, Superintendente de Negócios e Assessora da Diretoria. Além disso, desempenhou papéis estratégicos como Diretora de Seguridade da Caixa de Previdência do Banco do Estado do Pará e Diretora Financeira.

Atualmente, como Diretora-presidente do Banpará e Conselheira de Administração, Ruth Mélo demonstra determinação, foco, motivação e disciplina como marcas distintivas de sua personalidade corporativa, características as quais considera fundamentais para o sucesso em qualquer empreitada e acredita que ao traçar objetivos e equipar-se com essas ferramentas, é certo alcançar o topo das conquistas planejadas. O perfil executivo de Ruth destaca-se como um exemplo de liderança e competência no cenário bancário."



Mensagem da Administração

Caro leitor,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, referente aos resultados para o 4T24 e o ano de 2024, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período. Dentre os resultados apresentados, destaca-se a conclusão do Plano de Expansão em 2024.

O Banpará alcançou a cobertura total do Estado, garantindo atendimento em 100% dos municípios paraenses e assegurando que a população tenha amplo acesso aos seus serviços.

No ano de 2024, o Banpará registrou um lucro líquido de R\$ 368,06 milhões, um crescimento de 30,93% em comparação ao ano 2023.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. Boa leitura!





Resultados Financeiros

ITENS DE RESULTADO

(em R\$ mil)	2024	2023	V12M	4T2024	3T2024	V3M
Receitas Totais	3.708.230	3.293.323	12,59%	976.550	940.114	3,88%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.848.936	1.586.007	16,58%	448.172	471.532	-4,95%
Resultado Operacional	635.786	517.258	22,91%	134.644	125.802	7,03%
Margem Financeira	2.242.815	1.854.088	20,96%	573.116	571.298	0,32%
Lucro Líquido	368.069	281.128	30,93%	102.104	65.996	54,71%
Receita de Serviços	225.313	211.134	6,72%	57.666	57.169	0,87%
Despesa com Provisões (PCLD)	393.879	268.080	46,93%	124.944	99.766	25,24%
Despesas Administrativas	562.786	520.000	8,23%	148.334	143.536	3,34%
Despesa com Pessoal	738.593	654.193	12,90%	205.823	196.981	4,49%
Margem Líquida	10,25%	10,53%	-2,65%	10,25%	10,43%	-1,72%

Em 2024, o Banpará alcançou um Lucro Líquido de R\$ 368.069 mil, um aumento de 30,93% em relação ao ano anterior. Essa performance é resultado do crescimento do resultado da intermediação financeira, motivado pela expansão das receitas de operações de crédito. No 4T2024, o Lucro Líquido atingiu o montante de R\$ 102.104 mil, um avanço de 0,86% em relação ao mesmo período de 2023, sendo um resultado expressivo também quando comparado ao 3T2024. O resultado do trimestre está relacionado ao crescimento do desempenho nas receitas do período, com destaque para as operações de crédito e receita de serviço, bem como o resultado após a tributação, com as deduções fiscais de despesas nos cálculos dos impostos próprios.

As Receitas Totais no ano de 2024 apresentaram crescimento de 12,59% em relação a 2023. Em sua composição, destaca-se o crescimento das receitas com as operações de crédito, câmbio, serviços e outras receitas. Somente no 4T2024, as receitas do Banco tiveram um aumento de 12,29% quando comparadas com o 4T2023 e 3,88% em relação ao 3T2024, fruto da expansão das receitas com operações de crédito, resultante dos empréstimos, com destaque para o produto Consignado e as linhas de crédito para Pessoas Jurídica, bem como o aumento nas linhas de receita de serviços.

Em relação às Despesas com Pessoal, em 2024 houve um crescimento de 12,90% em comparação ao ano de 2023. No 4T2024, a Despesa com Pessoal apresentou um crescimento de 4,49% em relação ao trimestre anterior, oriundo do Acordo Coletivo assinado em setembro de 2024, com reflexos nas subcontas do grupo, mantendo-se proporcional ao desempenho do banco e ao *headcount* do período.

As Despesas Administrativas alcançaram o montante de R\$ 562.786 mil, um crescimento de 8,23% em relação ao ano de 2023. No 4T2024, o montante foi de R\$ 148.334 mil, um aumento de 3,35% quando comparado com o trimestre anterior e de 10,62% em relação ao 4T2023, destacando-se as contas de Transporte, Depreciação e Amortização.



ITENS PATRIMONIAIS

Em 2024, o Patrimônio Líquido apresentou um aumento de 10,37% quando comparado a 2023, devido à incorporação dos resultados gerados e ao pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio ao longo do período.

(em R\$ mil)	4T2024	3T2024	V3M	4T2023	V12M
Ativos Totais	17.964.377	18.488.088	-2,83%	17.063.590	5,28%
Operações de Crédito	14.282.848	14.221.663	0,43%	12.940.911	10,37%
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	391.524	771.041	-49,22%	602.621	-35,03%
Títulos e Valores mobiliários	1.721.615	1.625.656	5,90%	1.851.201	-7,00%
Captações Totais	14.961.623	15.407.544	-2,89%	14.483.616	3,30%
Patrimônio Líquido	2.106.280	2.081.070	1,21%	1.908.309	10,37%

TOTAL DE ATIVOS POR TIPO

O Banpará encerrou o ano de 2024 com Ativo Total no montante de R\$ 17.964.376 mil, aumento de 5,28% com relação ao ano anterior. Na composição dos ativos, as operações de crédito representaram maior participação no período, com 75,77% do total. Em comparação a 2023, as operações de crédito apresentaram um incremento expressivo de R\$ 1.183.856 mil, com um aumento de 9,53%. Entretanto, os ativos que apresentam maior crescimento foram os Permanentes, entre os anos de 2024 e 2023, com um aumento de 43,97%, reflexo dos investimentos do Banco na expansão da sua estrutura tecnológica.

(em R\$ mil)	4T2024	3T2024	V3M	4T2023	V12M
Disponibilidades	220.764	243.363	-9,29%	212.413	3,93%
Aplicações Financeiras	391.524	771.041	-49,22%	602.621	-35,03%
Títulos e Valores mobiliários	1.721.615	1.625.656	5,90%	1.851.201	-7,00%
Relações Interfinanceiras	783.757	777.501	0,80%	897.219	-12,65%
Operações de Créditos	13.612.384	13.633.921	-0,16%	12.428.527	9,53%
Outros Créditos	941.237	1.182.803	-20,42%	865.513	8,75%
Outros Valores e Bens	12.415	15.968	-22,25%	11.144	11,41%
Permanente	280.681	237.835	18,02%	194.952	43,97%
Total	17.964.377	18.488.088	-2,83%	17.063.590	5,28%



ÍNDICE E MEDIDAS DE EFICIÊNCIA

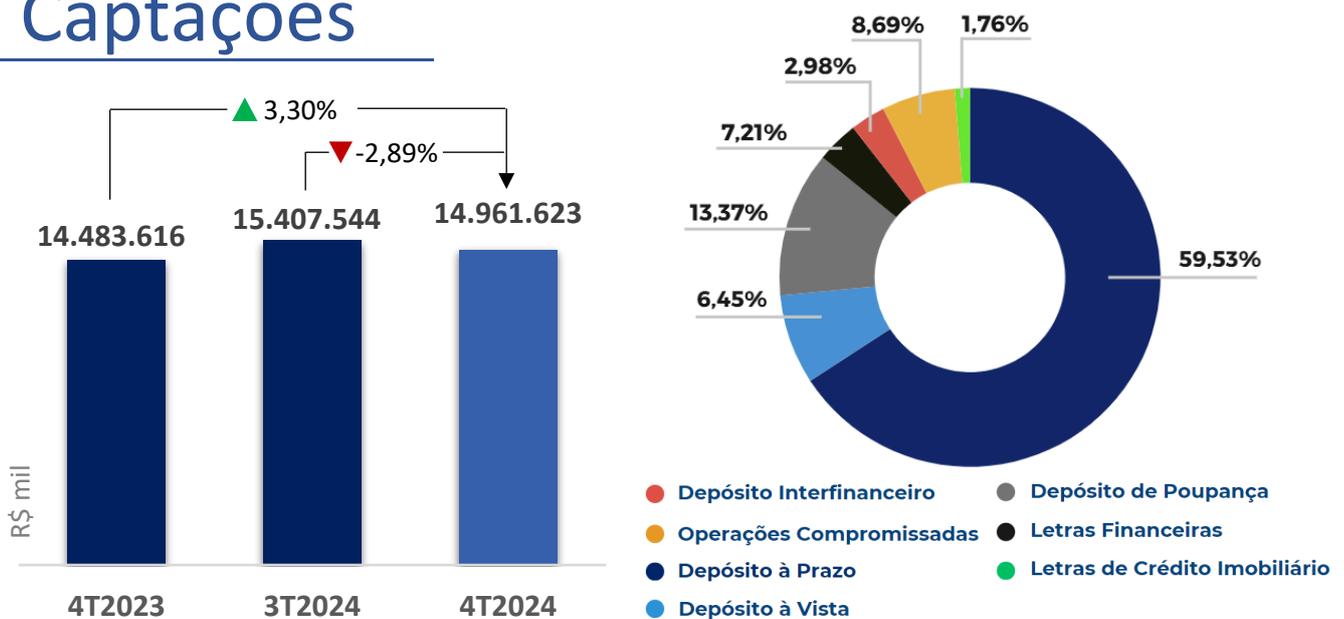
O Banpará apresentou no 4T2024 um lucro com aplicação nos seus ativos de 2,04%. Em relação ao 3T2024 apresentou redução de 0,03 p.p e quando comparado com o mesmo período do ano passado, apresentou aumento de 0,3 p.p, ocasionado pelo aumento na capacidade de geração de lucros dos seus ativos de um período para outro.

O retorno sobre o patrimônio no 4T2024 foi de 18,04%, apresentando redução em relação ao 3T2024 em 0,42 p.p e um crescimento em 2,6 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando a capacidade do Banco em rentabilizar seus investidores.

Já o índice de eficiência apresentou no 4T2024 um aumento de 1,88 p.p. quando comparado com o 3T2024 e redução de 3,19 p.p. quando comparado com o 4T2023. O bom desempenho foi ocasionado, principalmente, pelo crescimento das receitas totais em relação às despesas administrativas.

	4T2024	3T2024	V3M	4T2023	V12M
Inadimplência (% da Carteira)	2,12%	1,88%	12,77%	1,72%	23,26%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA)	2,04%	2,07%	-1,45%	1,74%	17,24%
Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (ROE)	18,04%	18,46%	-2,27%	15,44%	16,80%
Índice de Eficiência	62,15%	60,27%	3,12%	65,34%	-4,88%
Índice de Provisão	3,31%	2,86%	15,82%	2,57%	28,79%
Índice de Cobertura	33,19%	31,60%	5,03%	32,27%	2,85%

Captações



Ao final do 4T2024, foi registrado um crescimento anual de 3,30% no total de captações, alcançando R\$ 14.962 milhões.



No 4T2024, a Carteira Ativa registrou a aplicação em cotas sênior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC ROVER com rentabilidade fixa, no montante de R\$ 50 milhões e a aquisição de, aproximadamente, R\$ 5,5 milhões em Letras do Tesouro Nacional (LTN) com rentabilidade pré-fixada, e, na Carteira Passiva, houve a captação institucional no montante de R\$ 50 milhões em Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e de R\$ 150 milhões em Certificado de Depósito Bancário (CDB Institucional).

Em 2024, o Banpará consolidou sua posição estratégica, com destaque para o 4T2024, ao intensificar iniciativas voltadas à diversificação das fontes de *funding* e à eficiência operacional. Entre as principais ações, sobressai a realização de captações significativas no mercado institucional, em parceria com *players* estratégicos.

Nesse contexto, o banco realizou operações por meio de instrumentos como CDI e CDB Institucional, o que trouxe benefícios relevantes, como:

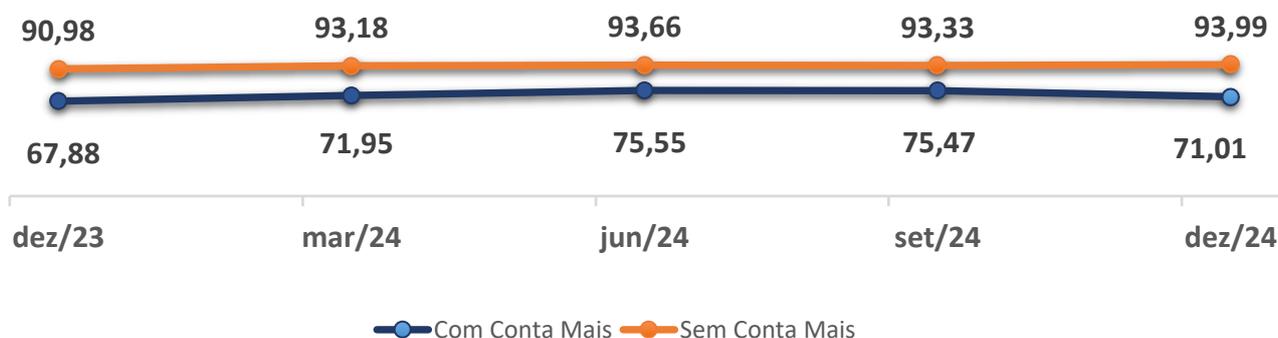
- **Diversificação de Fontes de Recursos:** Reduzindo a dependência de fontes tradicionais de captação e aumentando a resiliência financeira em cenários de maior volatilidade;
- **Aprimoramento da Liquidez:** Reforçando a capacidade do banco de atender às necessidades de caixa, especialmente em momentos desafiadores, enquanto apoia o crescimento sustentável das operações de crédito.

Essas iniciativas reafirmam o compromisso do Banpará com uma gestão financeira sólida e alinhada às melhores práticas de mercado, garantindo sua robustez e flexibilidade em um ambiente cada vez mais dinâmico.

Relativo às operações em Letras Financeiras, no 4T2024 houve o registro de aumento de 95,44% comparado ao 3T2024 e um aumento de 112,20% quando comparado ao 4T2023. No ano de 2024 foi iniciada as operações em LCI tendo um aumento significativo de 32,76% no 4T2024 frente o 3T2024.

No 4T2024, a curva de custo total manteve-se estável correspondendo a um custo abaixo dos 100% do DI.

Custo de Captação de Depósito a Prazo, LCI e LF (em R\$ milhões)





Gestão de Capital

Descrição (em R\$ mil)	4T2024	3T2024	V3M	4T2023	V12M
Patrimônio de Referência	1.917.533	1.906.786	0,56%	1.772.301	8,19%
PR Nível I	1.917.533	1.906.786	0,56%	1.772.301	8,19%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Ativo Ponderado Pelo Risco – RWA	12.710.944	12.908.804	-1,53%	11.769.884	8,00%
Índice de Basileia (%)	15,09%	14,77%	2,17%	15,06%	0,20%

No 4T2024, o Patrimônio de Referência - PR do Banpará atingiu o montante de R\$ 1.917.533 mil, um aumento de 0,56% e 8,19%, quando comparado com o 3T2024 e 4T2023, respectivamente, impulsionado pelo resultado líquido do período.

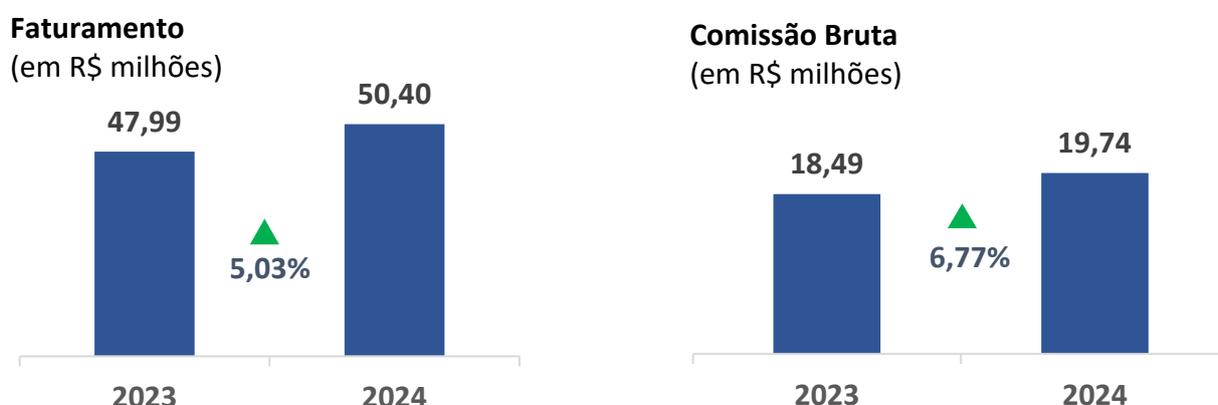
Já para a parcela dos Ativos Ponderados pelo Riscos – RWA, a variação foi de redução em 1,53% em relação ao 3T2024 e de crescimento em 8,00% em relação ao 4T2023. No que diz respeito ao Índice de Basileia – IB, no 4T2024 foi de 15,09%, um aumento de 0,32 p.p em relação ao 3T2024 e de 0,03 p.p ao 4T2023, mantendo-se acima do limite exigido pelo Bacen (10,5%).

Parcerias

Em 2024, o Banco manteve sua posição de destaque com um portfólio diversificado, oferecendo proteção financeira, planejamento e segurança patrimonial aos clientes. No ano, foi iniciada a prospecção de novos parceiros comerciais para os segmentos de capitalização e consórcios, visando alavancar os resultados e ampliar o portfólio de produtos.

SEGUROS

Os seguros de Vida e Prestamistas proporcionaram segurança financeira aos clientes, enquanto os Seguros Habitacionais reforçaram a proteção patrimonial e a atratividade dos financiamentos imobiliários, contribuindo para a estabilidade da carteira.

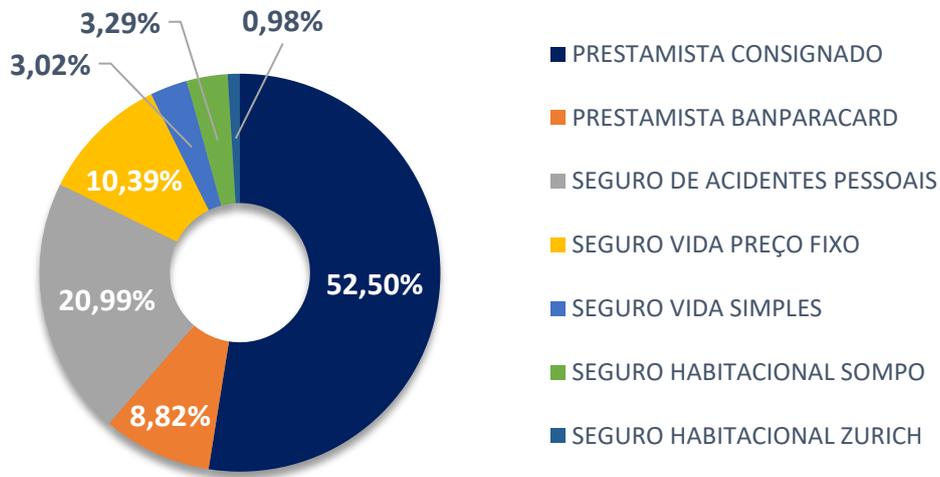


Em 2024, a carteira de seguros encerrou o ano com crescimento, com faturamento acumulado de R\$ 50,40 milhões, um aumento de 5,03% em comparação com 2023, demonstrando estabilidade e

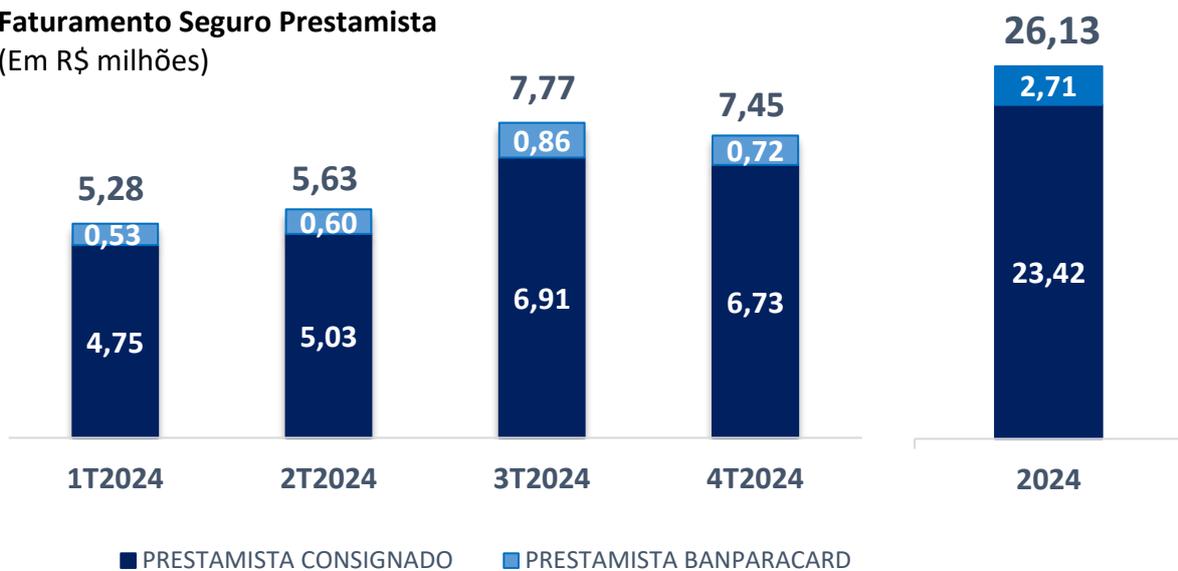


boa performance ao longo do ano de 2024. Somente no 4T2024, o faturamento alcançou R\$ 11,22 milhões, enquanto a comissão bruta para o trimestre foi de R\$ 4,42 milhões.

Faturamento de Seguros em 2024 (% do Total)



Faturamento Seguro Prestamista (Em R\$ milhões)



A performance sólida da carteira de seguros destacou a importância de continuar fortalecendo a relação com parceiros estratégicos como Ezze Seguros, SOMPO/HDI e Zurich, que contribuíram significativamente para o crescimento de receitas.

CONSÓRCIOS

Produto para incentivo ao planejamento financeiro, com a possibilidade de premiação, fortalecendo o engajamento e a fidelização do cliente. Em 2024, a continuidade da parceria com a empresa Porto permitiu a manutenção de uma base sólida.



Entre os resultados de 2024, destacam-se o volume financeiro das cartas de crédito, que totalizou R\$ 94,91 milhões, representando uma redução de 5,87% em relação a 2023, e a comissão bruta acumulada de R\$ 3,61 milhões no ano. No 4T2024, o volume financeiro atingiu R\$ 19,76 milhões, um crescimento de 68,92% comparado ao 4T2023, enquanto a comissão bruta foi de R\$ 750,42 mil no trimestre.

Retaguarda

SERVIÇOS

No encerramento de 2024, a Receita de Serviços se destacou pelo desempenho do Pacote Padronizado de Tarifas, que apresentou um crescimento de 10,08% em relação a 2023, atingindo R\$ 129,07 milhões no acumulado do ano. No 4T2024, esse segmento gerou R\$ 33,54 milhões.

Além disso, a Carteira de Serviços encerrou 2024 com um saldo de R\$ 218,74 milhões, representando um incremento de 6,52% frente ao ano anterior. Desse total, R\$ 55,97 milhões foram realizados apenas no 4T2024, reforçando a consistência do crescimento.

Pacote Padronizado de Tarifas
(em R\$ milhões)



Carteira de serviços
(em R\$ milhões)



PORTABILIDADE SALARIAL - VINDA

No 4T2024, as portabilidades de salários efetivadas ao Banpará registraram um expressivo crescimento de 29,77% em relação ao 4T2023, gerando um incremento financeiro de R\$ 9.644.832,52 frente ao mesmo período do ano anterior.

Cientes - CPF



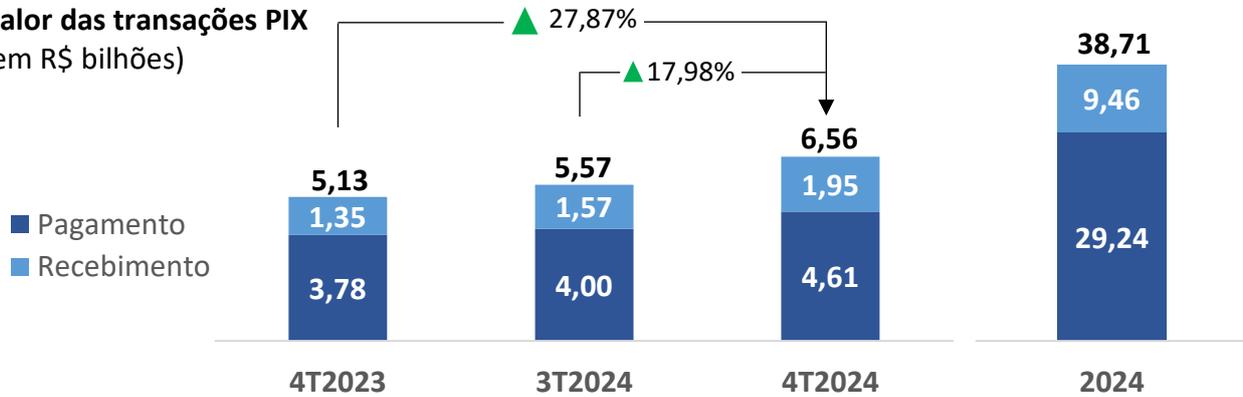


Meios de Pagamento

PIX

No 4T2024, o Pix foi responsável por transacionar o volume financeiro de R\$ 6,56 bilhões, representando um crescimento de 27,87% em relação ao 4T2023 e aumento de 17,98% em relação ao 3T2024.

Valor das transações PIX (em R\$ bilhões)



O principal indicador de nível de serviço do Pix é expresso pelo Índice Geral de ANS Trimestral (IGA trimestral). O Valor de Referência a ser atingido pelo Banpará é de no mínimo 80,00%, que tem sido superado consistentemente, conforme apresentado abaixo.

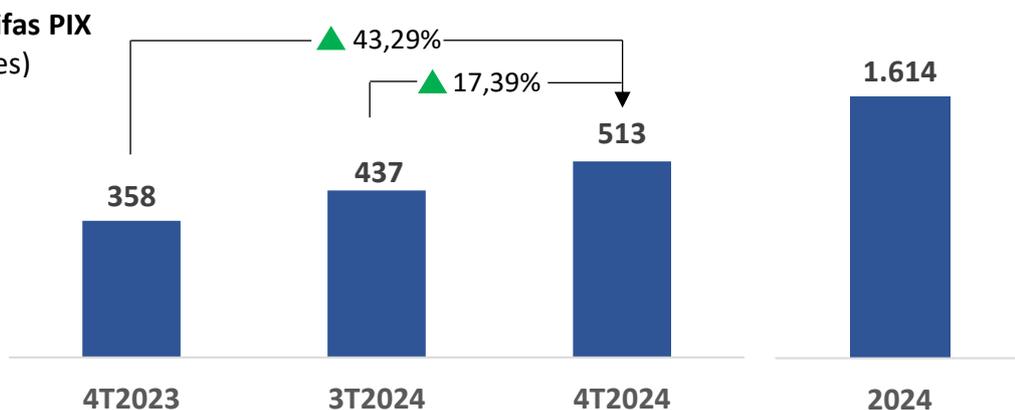
	1T2024	2T2024	3T2024	4T2024
IGA Trimestral	87,55%	89,03%	86,74%	89,68%

No 4T2024, houve aumento do nível de serviço em relação ao 3T2024, alcançando 89,68% conforme foi divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB) na tabela acima.

TARIFAS PIX

No 4T2024, a receita do Pix, obtidas por meio das tarifas de pagamentos realizados pelos clientes PJ totalizou R\$ 512,78 mil, representando crescimento de 43,29% em relação ao mesmo período de 2023. Quando comparado ao 3T2024, houve aumento de 17,39%. No acumulado do ano de 2024, as receitas de tarifas alcançaram o valor de R\$ 1,61 milhão.

Receita de tarifas PIX (em R\$ milhares)





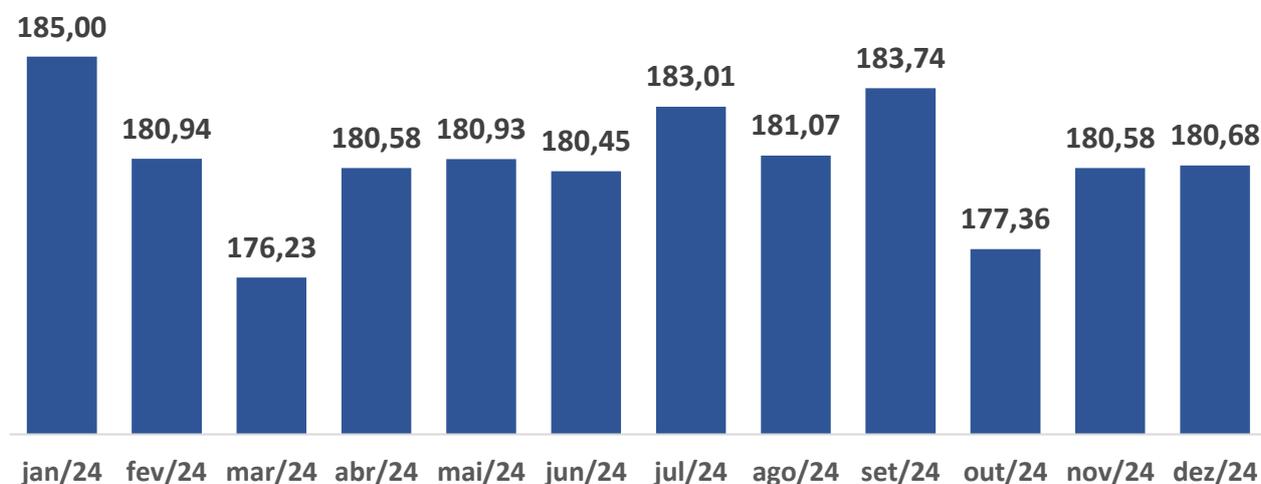
CARTÕES

São fornecidos aos clientes Banpará os cartões **Standard**, **Gold**, **Platinum**, **Black** e **Black Exclusive**, bem como dentro de cada categoria de cartão, o cliente pode optar pelo plástico comum ou pode ter o cartão personalizado com as bandeiras do **Clube do Remo** ou do **Paysandu Sport Clube**.



A Carteira de Cartões contribui para a Carteira Comercial (Rotativo e Parcelados) e a Carteira de Serviços (Anuidade, Tarifa de Intercâmbio, 2ª via, etc.). Em dezembro de 2024, o saldo da carteira comercial do produto foi de R\$ 180,68 milhões.

Saldo – Carteira Comercial (em R\$ milhões)



No 4T2024, a margem de contribuição da carteira comercial alcançou R\$ 12,44 milhões, um crescimento de 3,9% em relação ao 4T2023.

Já na Carteira de Serviços, a margem de contribuição da carteira de cartões foi de R\$ 8,23 milhões, totalizando, no 4T2024, uma receita de R\$ 20,67 milhões ao considerar as Carteiras Comercial e de Serviços.



Cenário Econômico

CENÁRIO INTERNACIONAL

Fundo Monetário Internacional (FMI)¹:

- Perspectiva de crescimento econômico estável no 4T2024 em relação ao crescimento do PIB global desse ano;
- Manteve a estimativa de crescimento da economia mundial de 2024 em 3,20%, em relação a previsão do relatório anterior, de outubro de 2024;
- Biênio 2025 e 2026: estimativa de crescimento de 3,30%.

CENÁRIO NACIONAL

Dezembro 2024: dados das Contas Nacionais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 0,9% na passagem do 2T2024 para o 3T2024 (série com ajuste sazonal);

Setores Econômicos em destaque:

- - Indústria: 0,60%,
- - Serviços: 0,90%,
- - Agropecuária: -0,90%.

A expectativa do Banco Central do Brasil (BCB) publicada no Relatório de Inflação de dezembro para o crescimento do PIB em 2024 aumentou para 3,50%, ante 3,20% do relatório anterior, de setembro de 2024.

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou crescimento de 0,52% no mês de dezembro de 2024 e 4,83% no acumulado dos últimos 12 meses.

CENÁRIO REGIONAL

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2024 e 2025 mostrou-se mais otimista no final do primeiro semestre de 2024. A Fundação reviu, em junho de 2024, sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2024 para 3,29%, ante projeção anterior de 2,64% de março de 2024.

O Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) de novembro de 2024 apresentou crescimento de 9,74% em relação a novembro de 2023 (série dessazonalizada).

¹ *World Economic Outlook Update - Global Growth: Divergent and Uncertain, January 2025* - Atualização das Perspectivas Econômicas Mundiais, janeiro de 2025: Crescimento Global: Divergente e Incerto. Disponível em: [World Economic Outlook Update, January 2025: Global Growth: Divergent and Uncertain \(imf.org\)](https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/01/30/wEO-25-01). Acesso em: 30/01/2025.

² IBGE. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Acesso disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121>. Acesso em 30/01/2025.



- ☑ A indústria paraense apresentou resultado positivo no 4T2024, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, publicada em janeiro de 2025, referente ao mês de novembro de 2024. A produção industrial do estado do Pará apresentou crescimento de 4,40% em relação a outubro de 2024 (série ajustada sazonalmente).
- ☑ No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial do Pará registrou variação de 6,70%.

Estratégia Corporativa

Com o foco no atendimento das expectativas dos clientes, a fim de gerar satisfação por meio de uma experiência de qualidade com todas as interações na esfera da Instituição, destacam-se as principais Estratégias Corporativas do Banco em 2024:

- ☑ O Banpará finalizou o ano de 2024 fazendo-se presente em todos os 144 municípios paraenses. Destes, 64 não possuíam acesso a rede bancária, sendo o Banpará o único Banco presente no município;
- ☑ Crescimento positivo das carteiras de crédito especializado (Imobiliário, Fomento, Câmbio, Pessoa Jurídica);
- ☑ Ampliação na atuação da comercialização de produtos voltados para a economia de baixo carbono;
- ☑ Melhoria na criação e monitoramento de indicadores de desempenho, assim como o desenvolvimento de ações voltadas para o reconhecimento das necessidades dos clientes com a finalidade de serem executadas melhorias internas;
- ☑ Inserção no plano de negócios de ações voltadas para eficiência energética, redução de emissões e gestão de resíduos, além de propor e acompanhar iniciativas ASG, como a redução no consumo de papel, descartáveis e energia elétrica.
- ☑ Em 2024, iniciou-se o processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2025-2029, processo colaborativo que contou com apoio de diversas lideranças do Banco. Nesse contexto, houve a reavaliação da identidade organizacional do Banco, foram criados novos Objetivos Estratégicos e Ações que viabilizarão a concretização da nova Visão: “Ser o banco público fomentador da inclusão social e a principal escolha dos clientes no Pará, com foco no atendimento personalizado, inovação, sustentabilidade e biodiversidade.”

COP 30

O Banpará criou um grupo de trabalho voltado para desenvolver projetos com a visão de atender as demandas da COP30 e alinhados com a continuidade dessas linhas no momento posterior a realização do Evento.





Com essa iniciativa, foi possível o desenvolvimento de projetos incentivadores do crédito, como forma de auxiliar na preparação das empresas para a COP30, trazendo produtos com viés de sustentabilidade e/ou voltados para bioeconomia:

Frente Bioeconomia

- **Energia Solar - PF e PJ:** Linha de crédito que financia a aquisição e instalação de sistemas de geração de energia solar, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas. A linha busca diversificar a matriz energética e promover o uso de fontes renováveis e limpas.
- **Banpará Bio - Pessoa Física:** Linha de crédito com o objetivo de aumentar a produtividade no campo e incentivar práticas que garantam a preservação da floresta, promovendo a sustentabilidade.
- **Banpará Bio Microcrédito:** Destinada a pequenos produtores rurais e comunidades locais, esta linha de microcrédito foca no financiamento de atividades agropecuárias, promovendo o fortalecimento de pequenos negócios e a economia rural.
- **Pagamento por Serviços Ambientais:** Programa do Governo do Estado do Pará que oferece incentivos financeiros para a preservação ambiental e regularização fundiária em propriedades rurais. O programa oferece apoio técnico e financeiro aos produtores rurais que adotam práticas de conservação, recuperação e regeneração ambiental.

Linhas Estruturantes para o Setor de Turismo e Pequenas Empresas

- **FUNGETUR - Linhas de Crédito:** Utiliza recursos do Novo FUNGETUR e é destinada a empresas do setor turístico, com foco em investimentos em infraestrutura turística e capital de giro.
 - **FUNGETUR - Projetos de Investimento:** Financiamento voltado para obras de implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, incluindo a possibilidade de utilizar capital de giro associado.
 - **FUNGETUR - Capital de Giro:** Linha de empréstimo parcelado destinada a clientes Pessoa Jurídica do setor turístico, visando a manutenção do fluxo de caixa das empresas.
- **CREDITURISMO:** Linha de crédito específica para empresas do setor de turismo, cadastradas no CADASTUR, com o objetivo de apoiar o fluxo de caixa das empresas em curto e médio prazo.
- **CREDCOP SEBRAE e BANPARÁ:** Linha de crédito em parceria com o SEBRAE, destinada ao capital de giro para micro e pequenas empresas, com foco em fortalecer a saúde financeira e a competitividade das empresas no mercado local.

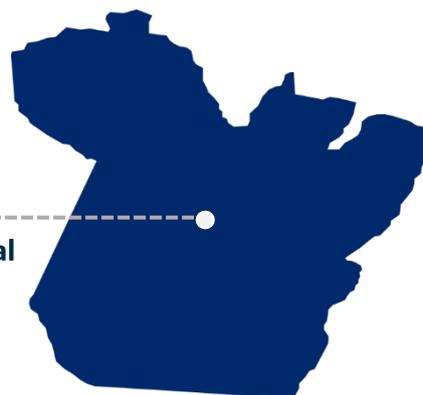


Rede de Atendimento

	239 Pontos de Atendimento*
	163 Agências
	35 Postos de Atendimento
	03 CAV's
	38 PAE's

*Agências + Postos de Atendimento + CAV'S + PAE'S

**Cobertura
Municipal
e Populacional
100%**



Em 2024, o Banpará se tornou a única instituição bancária presente em todos os 144 municípios do estado do Pará, após a inauguração, em setembro de 2024, da agência no município de Aveiro, na região do Tapajós, único município no estado que ainda não contava com o atendimento do Banco. Assim, o Banpará passou a atender 100% da população paraense.

Com isso, o banco concluiu seu Plano de Expansão, disponibilizando à população uma rede completa de atendimento, que contempla Agências, Postos de Atendimento, CAV's (Caixas Deslocados) e PAE's (Postos de Atendimento Eletrônico), expandindo os serviços financeiros em todo o estado, fortalecendo a economia local.

Em setembro de 2024, o Banpará e a Caixa Econômica Federal anunciaram a ampliação de sua parceria, permitindo que os cidadãos do estado fossem atendidos em suas localidades sem a necessidade de deslocamento, facilitando o acesso aos serviços bancários, proporcionando maior conveniência aos clientes.

Para atender de forma mais eficaz os clientes, o Banpará adotou novas estratégias de atendimento, com olhar humanizado e voltado para as necessidades do cliente de acordo com o seu perfil, demonstrando o compromisso do banco em oferecer soluções financeiras adequadas às necessidades dos clientes.

Essas iniciativas refletem o compromisso do Banpará em aprimorar continuamente a qualidade do atendimento oferecido, investindo em infraestrutura, tecnologia e parcerias estratégicas para melhor servir seus clientes em todo o estado do Pará.

Canais e Clientes

CLIENTES

No ano de 2024, o Banpará alcançou a base de 703.043 clientes, somados clientes Pessoa Física e Pessoa Jurídica, representando um crescimento anual de 3,20%. Em relação aos clientes PF, o Banco encerrou o ano com a base de 692.041 clientes, um aumento de 3,59% em relação ao ano de 2023.



CANAIS DIGITAIS

Ao longo de 2024 os Canais se consolidaram como principal meio transacional e de concessão de crédito utilizado pelos clientes. Para melhorar ainda mais esta performance, o Banpará tem empenhado esforços para incorporar novas transações nos Canais, como a repactuação de Banparacard, Consignado na Central de Atendimento, Capitalização, LCI, entre outros.

R\$ 49,89 Bilhões

Volume financeiro transacionado pela Rede de Canais em 2024.

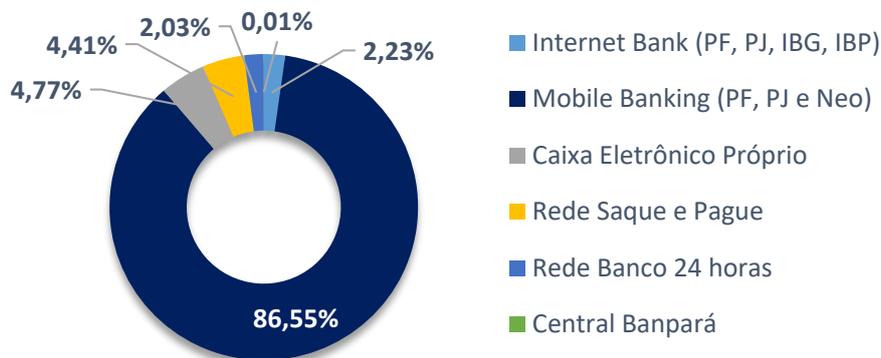
88% Das transações financeiras em 2024 foram realizadas pelos canais digitais.

22,6% de Crescimento do volume financeiro transacionado via PIX, em 2024, em relação a 2023.

Os canais eletrônicos do Banpará registraram resultados expressivos, com um volume transacionado de R\$ 48,89 bilhões ao longo do ano de 2024. O Mobile Banking se destacou, respondendo por 42,86% desse total. Somente no 4T2024, as transações pelos canais digitais somaram R\$ 14,02 bilhões.

Em relação às transações realizadas, em 2024, a rede de canais atingiu a marca de 254,38 milhões de transações realizadas pelos canais digitais, registrando um crescimento de 5,73% em comparação ao ano anterior.

Transações Realizadas via Canais Digitais em 2024 (%)



ASSISTENTE VIRTUAL

A IVI, Assistente Virtual do Banpará, realizou um total de 124.459 atendimentos no ano de 2024, sendo 31.460 somente no 4T2024.

A Assistente Virtual do Banpará é capaz de responder perguntas e fornecer informações relevantes sobre os produtos e serviços vinculados ao banco, principalmente os relacionados a COP 30.

As interações abrangem temas como características dos produtos, público-alvo, limites de crédito e itens financiáveis, proporcionando informações claras e objetivas. Entre os principais benefícios, destacam-se a facilidade e agilidade no acesso do público interessado, a escalabilidade do atendimento, a pronta resposta a perguntas frequentes e a melhoria contínua da experiência do usuário.





Carteira de Crédito

Saldo em R\$ mil	4T2024	3T2024	V3M	4T2023	V12M
Pessoa Física	13.630.866	13.647.227	-0,12%	12.560.356	8,52%
Consignados	10.581.090	10.480.194	0,96%	9.837.970	7,55%
Banparacard	1.213.546	1.245.394	-2,56%	1.274.586	-4,79%
Cheque Especial	5.251	5.175	1,47%	5.511	-4,72%
Cartão de Crédito	180.681	183.724	-1,66%	181.090	-0,23%
Sazonais	2.992	175.875	-98,30%	2.643	13,20%
Imobiliário	1.039.701	991.523	4,86%	784.566	32,52%
Outros	607.605	565.342	7,48%	473.990	28,19%
Pessoa Jurídica	651.982	574.436	13,50%	380.555	71,32%
Cheque Empresarial	2.692	3.179	-15,32%	3.638	-26,00%
Capital de giro	318.925	310.628	2,67%	165.175	93,08%
Imobiliário	141.833	126.649	11,99%	95.096	49,15%
Outros	188.532	133.980	40,72%	116.646	61,63%
Total	14.282.848	14.221.663	0,43%	12.940.911	10,37%

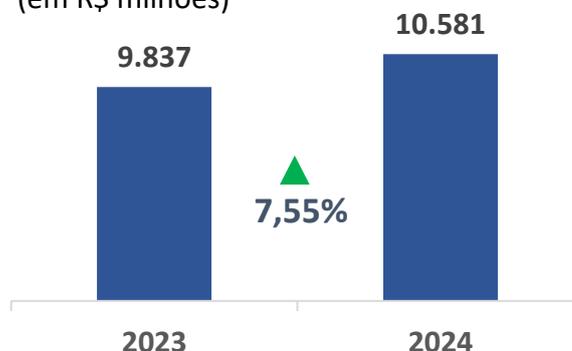
PESSOA FÍSICA

As linhas de crédito comercializadas em 2024 foram o Crédito Consignado, Banparacard, Antecipação de Imposto de Renda, Sazonais (Antecipação de 13º Salário), Crédito Parcelado, Cheque Especial e Parcelado Cheque Especial.

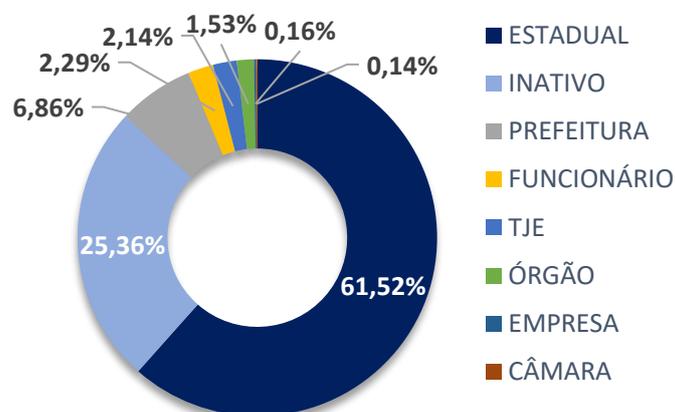
O produto Crédito Consignado alcançou, ao final de 2024, saldo de R\$ 10,58 bilhões, sua maior marca histórica. No mesmo período do ano passado, o saldo era de R\$ 9,84 bilhões, representando um crescimento de 7,55%.

O perfil da carteira de crédito consignado é composto, principalmente, pelo consignado do setor público, este representando 99,84%, enquanto que o consignado destinado ao setor privado representa 0,16% da carteira. No tocante ao consignado público, as linhas de crédito SEAD e IGEPREV, que ofertam consignado aos servidores públicos estaduais e beneficiários do órgão estadual, possuem a maior concentração de saldo, representando 86,88% do total da carteira.

Crédito Consignado (em R\$ milhões)

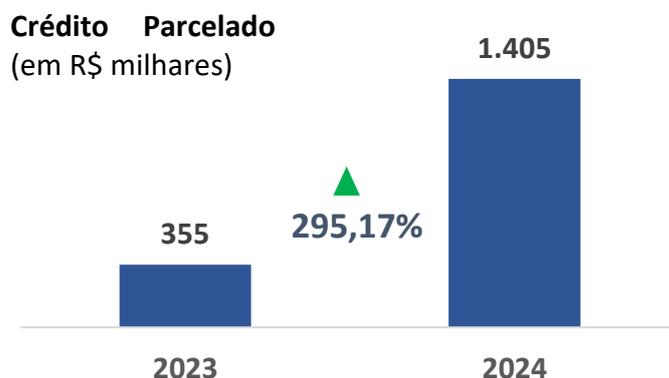


Distribuição do Saldo Consignado





Destaca-se ainda o desempenho da linha Crédito Parcelado (Novo Parcelado) que, após sofrer modificações em seus parâmetros no final de março de 2024, finalizou o ano de 2024 com saldo de R\$ 1,40 milhão e receita de R\$ 48,79 mil.



PESSOA JURÍDICA

Na carteira PJ, o produto **Desconto de Duplicata** apresentou um aumento expressivo em um ano, de 569,56%, totalizando um saldo de R\$ 6,14 milhões ao final do 4T2024.

O produto **Capital de Giro Fampe** (Credcop Sebrae Banpará) também teve destaque pelo seu crescimento exponencial. Comercializado há 06 meses, o produto atingiu o saldo de R\$ 8,09 milhões, representando um aumento de 469,11% quando comparado ao 3T2024.

No ano de 2024, foi entregue o **Crédito Online**, onde o valor das operações de crédito comercial PJ são liberadas em D+0, e a nova linha de empréstimo parcelado Capital de Giro Fampe (Credcop Sebrae Banpará), destinada para empresas de pequeno porte (Mei, ME e EPP) em parceria com o Sebrae.

O produto **Giro Rápido** apresentou um avanço significativo, com um aumento de 99,50% no saldo em 12 meses, totalizando o saldo de R\$ 186,90 milhões ao final de 2024.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

R\$ 98 milhões

Receita realizada em 2024, oriunda das linhas PF e PJ.

0,80%

Índice de Inadimplência no 4T2024.

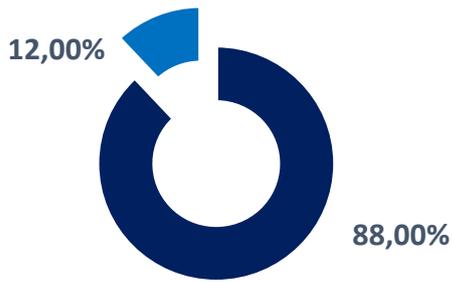
76,29%

Dos contratos ativos são de servidores públicos.

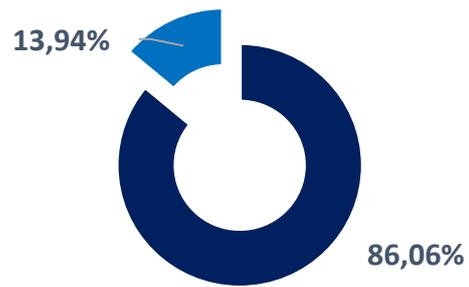
Em 2024, o Crédito Imobiliário teve um saldo acumulado de R\$ 1,18 bilhão, um crescimento de 34,32% em relação ao ano anterior. Já a Receita Total fechou o ano com o valor de R\$ 98,07 milhões, um forte crescimento de 53,15% em 12 meses.



Saldo Acumulado 2024



Receita Acumulada 2024



■ Saldo Acumulado PF ■ Saldo Acumulado PJ ■ Receita Acumulada PF ■ Receita Acumulada PJ

Somente no 4T2024, a receita do Crédito Imobiliário foi de R\$ 28,07 milhões, crescimento de 11,91% em relação ao 3T2024. Se comparado com o mesmo período de 2023, o crescimento foi de 44,38%.

CRÉDITO DE FOMENTO

Em 2024, houve um aquecimento nas vendas das linhas de financiamento com recursos de repasse do Fundo Geral do Turismo – **FUNGETUR**, com um aumento de 1.468,83% no período de 12 meses. O volume liberado somente no 4T2024 foi de R\$ 33 milhões, resultado de aplicações de recursos em financiamentos de investimento e capital de giro, atingindo o volume total contratado, em 2024, de R\$ 118 milhões, ocasionado principalmente pelo financiamento de operações de infraestrutura voltadas para atender as demandas da COP 30.



Quanto as linhas de microcrédito, em 2024, o Banco ofereceu os produtos: Banpará Comunidade, Empodera e Credturismo, que são iniciativas com o objetivo de promover a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico no estado do Pará. Destaque para o produto de **Microcrédito Credturismo**, que atingiu em dezembro 2024 o valor de R\$ 4,01 milhões, crescimento de 1.265,87% em 12 meses.



R\$ 86 milhões

Saldo da Carteira de Microcrédito ao final de 2024.

Credturismo

R\$ 4,01 milhões em contratações para impulsionar o turismo.

Fungetur

Financiamento de operações em infraestrutura à COP30.

A linha de crédito **Credturismo**, aliás, foi desenvolvida para impulsionar o setor turístico do estado do Pará, especialmente no contexto da realização da COP30, evento que trará visibilidade global e maior demanda por serviços turísticos no estado. O financiamento é direcionado a empreendedores de micro e pequenos negócios que atuam no setor, tanto no mercado formal quanto informal, visando a qualificação da infraestrutura e a ampliação da oferta de serviços.



Com foco em dinamizar o turismo local, a linha abrange diversas regiões do estado, apoiando negócios que oferecem locações em plataformas como *Booking* e *Airbnb*, promovendo hospedagens de qualidade e aumentando a capacidade de atendimento aos visitantes, um dos principais escopos do Governo ao evento. O crédito pode ser utilizado para melhorias em acomodações, aquisição de equipamentos, capital de giro e ações de marketing, contribuindo para a valorização do destino Pará e para a geração de renda no setor.

Tal iniciativa, posiciona o Banpará como um agente estratégico no fortalecimento da economia turística, preparando os empreendedores para atender à crescente demanda e garantindo um legado positivo para o estado após a realização do evento.

O produto BanparáBio, que contempla a linha de crédito **BanparáBio**, destinada ao financiamento de atividades agropecuárias pautadas na sustentabilidade e para a recuperação de passivos ambientais e a linha **Microcrédito BanparáBio**, destinada aos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades

Tradicionais (PIQCTs), extrativistas, pescadores artesanais e agricultores familiares no financiamento de atividades e serviços agropecuários em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, teve a efetivação de 781 operações em 2024, com saldo acumulado de R\$ 37,78 milhões no ano.

Assim, o BanparáBio encerrou 2024 com saldo de R\$ 18,63 milhões, um crescimento de 8,25% em relação ao ano anterior. Já o Microcrédito BanparáBio encerrou com saldo de R\$ 19,14 milhões no 4T2024, incremento de 17,49% em relação ao 3T2024, evidenciando seu crescimento e impacto positivo, além de fortalecer a posição do Banpará entre os bancos que mais financiaram pequenos produtores rurais no Pará, ampliando o acesso ao crédito para esse público e impulsionando o desenvolvimento sustentável no estado.

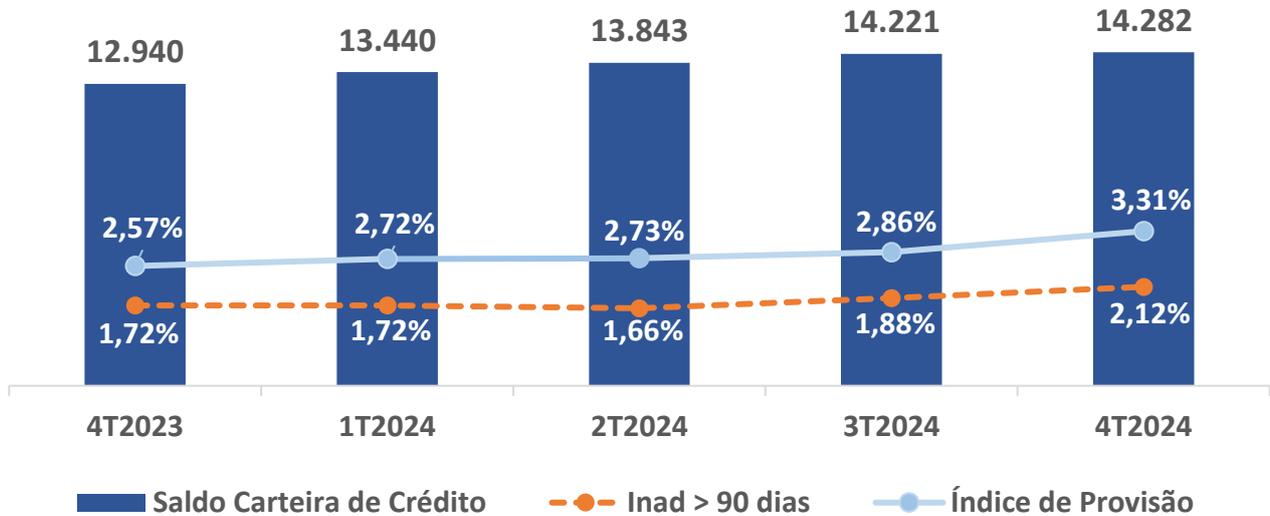


A linha de crédito **Energia Solar**, destinada ao financiamento dos equipamentos e serviços necessários à implantação de energia fotovoltaica nas residências e estabelecimentos comerciais paraenses, teve a efetivação de 289 operações de financiamento para implantação, totalizando R\$8,37 milhões de contratações efetivadas durante o 4T2024. Já em relação ao volume do ano de 2024, o Banco alcançou o total de 1.271 operações efetivadas, com um saldo acumulado de R\$ 87,20 milhões.



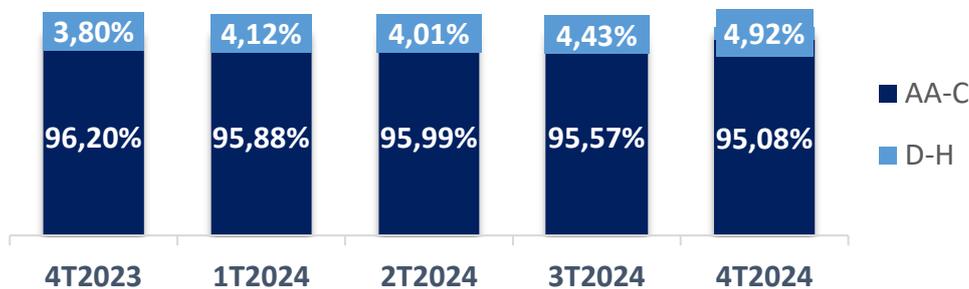
Qualidade da Carteira de Crédito

(em R\$ milhões)



No 4T2024, o Banpará obteve um crescimento de 10,37% no saldo das operações de crédito, quando comparado ao 4T2023, além de uma melhora no seu índice de provisão. Embora tenha ocorrido um leve aumento no índice de inadimplência da carteira de crédito consolidada no fechamento de 2024, esse movimento foi influenciado por fatores sazonais e já contemplado por cenários alternativos, o que não compromete o desempenho geral do Banpará.

Carteira de Crédito por Nível de Risco %



Socioambiental

GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS, SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Refinamento da metodologia de gerenciamento de riscos de terceiros, com a consolidação da avaliação de riscos sociais, ambientais e climáticos.

No 4T2024, houve a avaliação de 23 fornecedores relevantes, com os seguintes resultados, que resultou na consolidação de dados que proporcionam uma visão ampla dos riscos RSAC, viabilizando a adoção de medidas proativas para mitigação e aprimoramento:





- 22% com ASG integrado ou parcialmente integrado.
- 78% sem ações ou com ASG incipiente.
- 4,5% com risco SAC Alto.
- 9% com risco SAC Médio.
- 86,5% com risco SAC Baixo ou Muito Baixo.

- A metodologia de avaliação e gerenciamento segue normativos internos alinhados às Resoluções CMN nºs 4.557/2017 e 4.943/2021, além das diretrizes ISO 31000, COSO II e SARB 14 da Febraban.
- No 4T2024, para o gerenciamento de riscos, foi concluído o mapeamento de riscos, com avaliação de riscos inerentes de 50 processos.
- Foram realizados ajustes no sistema de gerenciamento de riscos (GRC) para aprimorar o monitoramento e tratamento da base de perdas operacionais.
- Aprimoramento das metodologias de gerenciamento: refinamento da avaliação de riscos SAC, revisão de manuais e da PRSAC, devido ao alinhamento ao Normativo SARB nº 14 da Febraban.
- Contratação de verificação externa para o Relatório de Sustentabilidade e Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, para garantir conformidade das informações.
- Declaração de apetite ao risco operacional e implementação de indicadores-chave de risco, monitorados e reportados à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão.

INICIATIVAS ASG

Ambiental

- Gestão de resíduos: continuidade do processo de credenciamento de novas Cooperativas de Catadores para coleta seletiva no Banpará, bem como de empresas especializadas na coleta de resíduos eletrônicos e de TI, visando a destinação ambientalmente correta dos resíduos;
- Eficiência Energética: Transição de parte da matriz energética do Banco, para o uso de energia solar, o que impactará positivamente nos resultados do inventário de emissões de GEE, a longo prazo, em virtude da redução de emissões relacionadas a energia elétrica.

Social

- O Banco beneficia a saúde e o bem-estar dos funcionários, por meio de programas como o Mais Saúde, Abono Atividade Física e as Terapias Holísticas, oferecendo incentivos financeiros e outros para estimular o cuidado físico e mental dos funcionários, assim como o programa de desenvolvimento educacional do Banco, que oferece treinamentos voltados para questões como ASG, combate à corrupção, riscos e outros.
- Recursos destinados a entidades filantrópicas e a projetos nas áreas de Cultura, Fomento e Esporte.

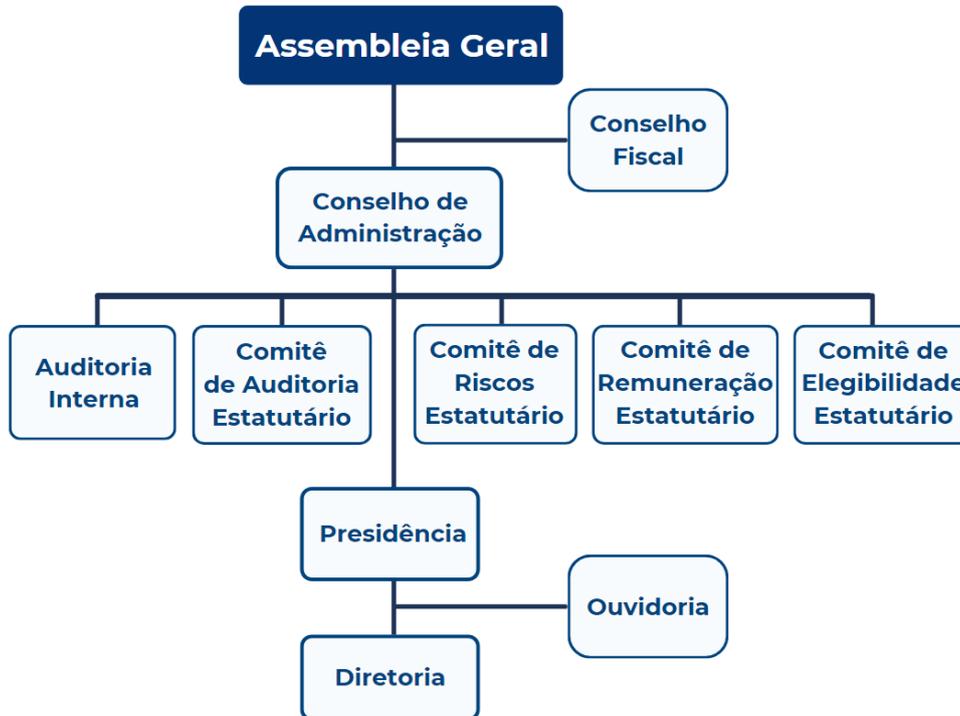
Governança

- Avanço nas tratativas do grupo de trabalho - GT da COP 30, subsidiando a Alta Administração com projetos estratégicos para o Banpará na preparação para a COP 30, com apresentação de propostas de melhorias internas e implantação de produtos e serviços com características voltadas para a sustentabilidade e turismo regional.



Governança Corporativa

O Banco do Estado do Pará S.A está aderente às melhores práticas de mercado e legislações vigentes, no que se refere à sua estrutura de Governança Corporativa. Para isso, a instituição conta com uma estrutura sólida e bem definida, composta da seguinte forma:



O Banpará é administrado por um Conselho de Administração - o qual é eleito e destituível pela Assembleia Geral e por uma Diretoria Colegiada – a qual é eleita e destituível pelo Conselho de Administração. A Companhia, ainda, dispõe de quatro Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração, denominados: Comitê de Auditoria, Comitê de Elegibilidade, Comitê de Remuneração e Comitê de Riscos.

Conselho da Administração
08 membros | 25% independentes

Gênero
 03 femininos
 05 masculinos

Conselho Fiscal
03 membros | 100% independentes

Gênero
 03 masculinos

Diretoria
06 membros | 100% funcionários de carreira

Gênero
 02 femininos
 04 masculinos

Informações adicionais sobre Governança Corporativa estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores do Banpará (ri.banpara.b.br – Seção Governança Corporativa).



Recursos Humanos

2.611

Empregados

67%

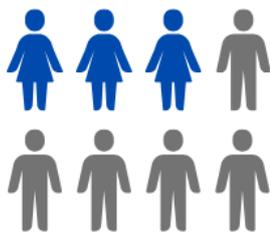
Possuem graduação ou especialização

73%

Com idade entre 30 a 50 anos

Diversidade nos cargos de liderança:

41% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.



71% dos líderes são pretos e pardos.

Capacitação:

O Banco busca constantemente melhorias e inovações na área da educação corporativa, através das ferramentas de educação corporativa e dos seguintes programas abaixo, onde destaca-se a inclusão de novos programas, a saber:

- Plano Anual de Treinamento – PAT;
- Programa de Formação de Líderes;
- Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará (PDEB);
- Programa de Instrutoria Interna (ProglB);
- Programa de Certificações Legais (ANBIMA/ABECIP).

No 4T2024, a Universidade Corporativa do Banpará – UniBanp intensificou suas ações estratégicas, ampliou o alcance das ações educacionais, totalizando 58 capacitações para 3.519 vagas, superando os trimestres anteriores.

Em comparação com o 3T2024, após ajustes estratégicos, houve um crescimento de 1.516 vagas (+43%) nas capacitações, frente às 2.003 vagas oferecidas no trimestre anterior.

Destaca-se o fortalecimento dos valores organizacionais por meio do **Programa de Formação de Líderes**, que alinha gestores aos princípios da instituição, promovendo uma cultura mais sólida e integrada. Destacam-se no 4T2024, também, outras ações essenciais, a saber:

- **Programa de Formação de Líderes** – Realizado em parceria com o Instituto Febraban de Educação, contou com 133 participantes na modalidade presencial.
- **Plano Anual de Treinamento – PAT 2024** – Disponibilizou 4.601 vagas (capacitações e certificações) para o desenvolvimento dos empregados.
- **Capacitações Online** – Modalidade assíncrona e síncrona ampliou o alcance, destacando-se: Treinamento Obrigatório (Sarb 026/2024.Febraban); Relação com os Investidores; Praticando



LGPD; Banpará-Pay; Excelência no Atendimento; Formação de Caixa Executivo; PLD/FT Controles Internos.

- **Programas de Desenvolvimento Educacional – PDEB** – Atendeu 61 empregados em **Programas para Cursos de Graduação – PCG e Pós-Graduação – PPG**.
- **Programa de Instrutoria Interna** – Foram atendidos 28 empregados em cursos e treinamentos.
- **Programa de Certificações Legais (ANBIMA/ABECIP)** – Abrangeu 10 empregados.
- **Eventos Institucionais** – Participação de 99 empregados em congressos e seminários relevantes.



Saúde do Trabalho:

No 4T2024, destacaram-se as seguintes campanhas e ações preventivas em relação à Saúde Corporativa dos funcionários do Banco:

- **Web Palestra Outubro Rosa** - Mês de Conscientização Sobre o Câncer de Mama.
- **Campanha de Doação de Sangue** - 7ª Gincana Instituição Cidadã | Todos Doando Sangue.



Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024-2026

Destaque para os benefícios que foram reajustados, com percentuais acima do índice acumulado do último ano do Acordo, ampliando o investimento direto em pessoal e resultando em ganho real para os colaboradores do Banpará.

Reconhecimento



SELO MAIS MULHERES NA LIDERANÇA

Em 2024, o Banpará recebeu o **Selo Mais Mulheres na Liderança**, concedido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), para às instituições associadas que demonstram um compromisso com a promoção da equidade de gênero em suas estruturas de liderança.



SELO DE AUTORREGULAÇÃO

O Banpará renovou o **Selo de Autorregulação** da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que confirma o compromisso do Banco com os eixos:

- Relacionamento com o consumidor;
- Combate ao financiamento do terrorismo e PLD; e
- Responsabilidade Socioambiental.



PESQUISA PRAZER EM TRABALHAR – EDIÇÃO 2023

Em 2024, o Banpará conquistou o **2º lugar** na pesquisa "**Prazer em Trabalhar**", conduzida pela Gestor Consultoria em parceria com o jornal Diário do Pará. O prêmio reconhece empresas da região paraense que se destacam pela gestão organizacional, ética no ambiente corporativo e práticas que impulsionam a satisfação e a produtividade dos colaboradores, reforçando a excelência em Recursos Humanos.



Ratings

AGÊNCIA	DATA	ESCALA	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	PERSPECTIVA
MOODY'S	Jul/24	Local	AA-.br	ML A-1.br	Estável
	Ago/24	Global	Ba2	NP	Estável
STANDARD & POOR'S	Ago/24	Local	BrAA+	BrA-1+	Estável
	Ago/24	Global	BB-	B	Estável

Composição Acionária

O Capital Social do Banpará, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no país e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

ACIONISTAS	QTDE.	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PRE MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	16	0,0002%
Demais Acionistas	1.445	0,0152%
TOTAL	9.521.649	100%

Marketing

No ano de 2024, o Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará reforçou seu compromisso com o desenvolvimento Social, Esportivo e Cultural no estado.

No âmbito cultural, a instituição destacou-se por seu apoio à exposição fotográfica “Caminhos para Belém - O amor que flui como água”, que percorreu algumas capitais do país e ao Círio e à Guarda de Nossa Senhora de Nazaré, Patrimônios Culturais Imateriais da Humanidade, que proporcionam valorização e fortalecimento da cultura regional do estado e da marca Banpará.

No cenário esportivo, o Banpará apoiou as Classificatórias de *Basketball Americup*, que trouxe a seleção Brasileira de Basquete à Belém.

Além dos canais tradicionais, como televisão e rádio, o Banpará concentrou-se em reforçar sua presença online, ampliando o engajamento do público e estimulando o acesso aos seus produtos e serviços financeiros.



O Banpará também destinou recursos para entidades filantrópicas e outros projetos nas áreas de Cultura, Fomento e Esporte, reafirmando assim seu compromisso institucional e estimulando tanto a cultura quanto a economia local nos diferentes municípios.

Estas ações de apoio e patrocínio refletem o comprometimento do Banco do Estado do Pará com o fomento de atividades esportivas, culturais e sociais de grande relevância para a comunidade paraense, buscando contribuir de forma significativa para o seu crescimento e desenvolvimento.

Controles Internos e *Compliance*

No 4T2024, o Banpará intensificou seus esforços para o fortalecimento da estrutura de Controles Internos e *Compliance*, implementando uma série de ações voltadas ao aprimoramento da governança corporativa e à gestão de riscos. Entre as medidas implementadas, destacam-se:

- ✓ **Estabelecimento de Planos de Ação Compulsórios:** Adotados como uma estratégia essencial para mitigar riscos críticos, esses planos garantem a identificação e a correção tempestiva de falhas ou deficiências de controle, promovendo maior segurança e confiabilidade nos processos.
- ✓ **Realização da Autoavaliação de Riscos e Controles:** Uma ferramenta indispensável para reforçar a governança, permitindo a identificação sistemática de fragilidades e a adoção de ações corretivas. Por meio dessa autoavaliação, foi possível fortalecer os processos de gestão de riscos, assegurar o alinhamento com políticas internas e manter um ambiente de controle eficiente e aderente às normas regulatórias.
- ✓ **Testes de Controle Baseados em Mapeamentos Estruturados:** Executados com o objetivo de avaliar a eficácia dos controles existentes, os testes são conduzidos com base em dados provenientes do Mapeamento de Riscos, Mapeamento de Controles e da Autoavaliação. Essa prática proporciona uma análise detalhada da efetividade dos controles, permitindo ajustes direcionados para maior eficiência.

Houve ainda progressos significativos em *compliance* regulatório, destacando-se pela intensificação do processo de Avaliação de Risco e Aderência de *Compliance* de normativos externos promovendo além da mensuração da aderência de normativos externos, a identificação proativa de riscos e a implementação de planos de ação que asseguram a conformidade da Instituição, fortalecendo a gestão de riscos regulatórios.

Outro destaque da área de *compliance* foi a realização da **4ª edição da Semana de *Compliance***, que teve como tema "***Compliance* e Sustentabilidade: Desafios e Oportunidades**". O evento enfatizou a importância de uma cultura de *compliance* sólida para enfrentar os desafios regulatórios emergentes relacionados à sustentabilidade. Com a participação de 500 funcionários, as atividades promoveram um maior engajamento e alinhamento com





práticas sustentáveis e de conformidade, fortalecendo o compromisso da instituição com a responsabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável.

No âmbito dos investimentos em capacitação, cinco profissionais da área de *compliance* renovaram suas certificações de Profissional de *Compliance* Anticorrupção (CPC-A). Essa certificação, reconhecida internacionalmente, reflete o compromisso da equipe em manter-se alinhada às melhores práticas de combate à corrupção e em constante atualização frente às evoluções regulatórias. A renovação dessas certificações fortalece a capacidade da instituição de enfrentar desafios de conformidade com eficiência e integridade.

Destaca-se também a reformulação de relatórios internos da área de *compliance* direcionados para Diretoria, aprimorando a clareza, precisão e relevância das informações apresentadas. Com uma periodicidade mais frequente, os novos relatórios permitem um monitoramento mais ágil e detalhado, facilitando a tomada de decisões estratégicas. Essa melhoria reforça a transparência e a eficácia na gestão, proporcionando à alta administração uma visão mais completa e atualizada das questões de conformidade, essencial para a governança proativa da instituição.

Em relação à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo para o 4T2024 destacam-se:

Revisão da Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT): Essa iniciativa foi conduzida para garantir a adequação contínua às melhores práticas e aos normativos aplicáveis. A atualização reforça o compromisso da instituição em mitigar os riscos relacionados ao uso de seus produtos e serviços em atividades ilícitas.

Análise de projetos de produtos e serviços: No âmbito da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), a instituição realizou aprimoramento nos procedimentos de avaliação de risco em relação a projetos de produtos e serviços. Essa prática tem contribuído para o fortalecimento dos controles e da credibilidade no mercado, reforçando a instituição no cumprimento de normas e na prevenção de riscos reputacionais.

Capacitação dos colaboradores e profissionais da área de PLD: A instituição realizou investimentos na capacitação dos colaboradores e profissionais da área de PLD. Foram promovidos treinamentos específicos sobre PLD/FT e sobre a aplicação prática das políticas e ferramentas institucionais, resultando em um engajamento expressivo dos funcionários. Esse engajamento foi evidenciado pelo aumento da conscientização e da proatividade no reporte de situações de risco, além de uma maior aderência às políticas internas.

Essas ações refletem o empenho contínuo do Banpará em fortalecer a cultura de Controle Interno, *Compliance*, integridade e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo afim de aprimorar os mecanismos de conformidade, assegurando uma atuação ética e transparente em todos os níveis da organização.



Projetos

O Banpará reforça seu compromisso com o desenvolvimento de projetos estratégicos, focados em resultados econômicos e sociais, inovação tecnológica e expansão digital. Entre os projetos em andamento, destacam-se iniciativas como FUNGETUR – Aquisição de Bens, Financiamento de Veículos Sustentáveis, Mercado de Carbono e Transferências Internacionais, voltados para a infraestrutura e logística da COP30 que ocorrerá em Belém em 2025.

Em 2024, diversos projetos foram entregues, gerando impactos positivos para o Banco e seus clientes, promovendo inovação e eficiência e contribuindo para o fortalecimento da economia local, como:



Energia Solar PJ - Linha de financiamento destinada à aquisição de equipamentos para geração de energia solar, reduzindo custos operacionais e tornando os negócios mais sustentáveis. Além da economia na conta de energia, o investimento valoriza o patrimônio, amplia a independência energética e contribui para um futuro mais sustentável. Para o banco, essa iniciativa reforça o compromisso com práticas socioambientais, diversifica o portfólio e fortalece o relacionamento com clientes que buscam soluções inovadoras e responsáveis.

Letra de Crédito Imobiliária (LCI) - Uma opção de investimento segura, rentável e isenta de Imposto de Renda sobre os rendimentos. Com um bom potencial de retorno e baixo risco, a LCI permite que os investidores diversifiquem suas carteiras e maximizem seus ganhos de forma eficiente. Além disso, ao investir em uma LCI, nossos clientes contam com a solidez e expertise do Banpará, garantindo mais segurança para o seu patrimônio.

CREDCOP – FAMPE – Linha que oferece crédito para capital de giro com garantia do FAMPE/SEBRAE, facilitando o acesso de micro e pequenas empresas, especialmente do setor turístico, a recursos para expansão, aquisição de insumos e melhoria da infraestrutura. Alinhada à COP30 em 2025, a iniciativa impulsiona o desenvolvimento econômico e fortalece a atuação do Banpará no crédito para pequenos negócios.

FUNGETUR Investimento - Linha de crédito destinada a clientes Pessoa Jurídica no ramo de turismo, com foco em prestadoras de serviços legalmente cadastradas no CADASTUR. O objetivo é estruturar investimentos principalmente nos setores hoteleiro, alimentício e de entretenimento, utilizando *funding* do Fundo Geral do Turismo. A linha visa fortalecer a competitividade do setor, especialmente com grandes eventos, como a COP30.

PIX Cobrança – Serviço que oferece aos clientes do Banpará receber pagamentos via *QR Code* e Cópia e Cola, integrando-se ao sistema de pagamentos instantâneos Pix e facilitando a arrecadação e a cobrança de boletos. O serviço oferece mais praticidade e agilidade nas transações, aumentando a conveniência e a satisfação dos usuários.

Agradecimentos

As realizações alcançadas no ano de 2024 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretores

Adriano de Aguiar Ribeiro

Graciele Silva de Sousa Galvão

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Vando Vagner Soares Ferreira

Chefe Substituta do Núcleo de Relações com Investidores

Ana Carolina de Almeida Matos



BPAR

B3 LISTED

Demonstrações Financeiras **2024**



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

CNPJ/MF N° 04.913.711/0001-08

NIRE 15300000114



Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL
RELATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Disponibilidades	3	220.764	212.413
Instrumentos Financeiros		17.584.991	16.735.195
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	391.524	602.621
Títulos e Valores mobiliários	5	1.721.615	1.851.201
Relações Interfinanceiras	6	783.757	897.219
Operações de Crédito	7	14.082.411	12.756.479
Outros Créditos	8	605.684	627.675
(Prov. p/ Perdas Esper. Assoc. ao Risco de Crédito)		(481.509)	(336.605)
Operações de Crédito	7	(470.027)	(327.952)
Outros Créditos	8	(11.482)	(8.653)
Outros Ativos		12.415	11.144
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	22	347.035	246.491
Investimentos		28	28
Imobilizado de Uso	9	276.966	235.118
Intangível	9	297.454	232.823
Depreciações e Amortizações	9	(293.767)	(273.017)
(Depreciações Acumuladas)		(185.060)	(176.202)
(Amortizações Acumuladas)		(108.707)	(96.815)
Total do Ativo		17.964.377	17.063.590

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
RELATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO	NOTA	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		15.349.724	14.656.558
Depósitos à Vista	10	964.688	863.389
Depósitos a Prazo	10	8.907.281	9.779.872
Depósitos Interfinanceiro	10	446.524	454.299
Depósitos Poupança	10	2.000.968	1.777.554
Captação no Mercado Aberto	10	1.299.950	1.100.173
Relações Interfinanceiras	11	104.382	102.019
Relações Interdependências		3.816	18.572
Emissão de Títulos	12	1.342.212	508.329
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	279.903	52.351
Provisões	14	241.090	230.207
Provisão para Pagamentos a Efetuar	14	177.342	167.984
Provisão para Contingências	14 e 16	63.748	62.223
Obrigações Fiscais		9.047	11.500
Corrente		-	4.166
Diferido	21	9.047	7.334
Outras Obrigações	15	258.236	257.016
Patrimônio líquido	17	2.106.280	1.908.309
Capital Social		1.881.601	1.473.122
Reserva de Lucro		227.191	435.187
Outros Resultados Abrangentes		(2.512)	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		17.964.377	17.063.590

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração de Resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
RELATIVO AO 2º SEMESTRE DE 2024 E AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	NOTA	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Receita da intermediação financeira		1.722.128	3.364.544	3.002.418
Operações de crédito	7.4	1.560.091	3.033.688	2.631.859
Res. Aplicações Interf e operações com TVM	4 e 5	124.836	268.188	317.350
Resultado de operações de câmbio		13.479	19.553	10.624
Resultado das aplicações compulsórias		23.722	43.115	42.585
Despesas da intermediação financeira		(802.423)	(1.515.608)	(1.416.411)
Operações de captação no mercado	10	(558.432)	(1.097.134)	(1.138.460)
Operações de empréstimo/repasses		(19.281)	(24.595)	(9.871)
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	7.2	(224.710)	(393.879)	(268.080)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		919.705	1.848.936	1.586.007
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(657.412)	(1.211.585)	(1.068.713)
Receitas de prestação de serviços	23.3	86.839	171.418	157.951
Rendas de tarifas bancárias	23.4	27.997	53.895	53.183
Despesas de pessoal	23.5	(402.804)	(738.593)	(654.193)
Outras despesas administrativas	23.6	(291.871)	(562.786)	(520.000)
Despesas tributárias	23.7	(63.983)	(126.931)	(107.849)
Outras receitas operacionais	23.1	36.887	68.960	58.005
Outras despesas operacionais	23.1	(50.477)	(77.548)	(55.810)
Reversões/(Despesas) de Prov. com Ações Judiciais	23.1	(1.847)	(1.566)	(1.846)
Resultado Operacional		260.446	635.785	515.448
Outras receitas e despesas	23.2	(6.136)	(10.455)	(5.226)
Resultado antes dos tributos e participações		254.310	625.330	510.222
Imposto de renda e contribuição social		(48.853)	(184.104)	(178.707)
Corrente	22	(110.167)	(280.880)	(228.574)
Diferido		61.314	96.776	49.867
Participações no lucro		(37.358)	(73.157)	(50.387)
Empregados – Lei nº 10.101, de 19.12.2000.		(36.507)	(71.460)	(50.054)
Administradores – Lei nº 6.404, de 15.12.1976.		(851)	(1.697)	(333)
Resultado Líquido		168.099	368.069	281.128
Resultado Líquido Básico por ação (R\$)		17,65	38,65	29,52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
RELATIVO AO 2º SEMESTRE DE 2024 E AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Resultado Líquido no período	168.099	368.069	281.128
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	(2.512)	(2.512)	-
Ganhos/ (Perdas) atuariais	(4.567)	(4.567)	-
Efeito Fiscal	2.055	2.055	-
Lucro Abrangente	165.548	365.472	281.063
Lucro Abrangente das Participações dos não controladores	39	85	65

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
RELATIVO AO 2º SEMESTRE DE 2024 E AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital Social	Reserva Estatutária	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01.01.2023	1.473.122	199.028	21.024	-	-	-	1.693.174
Lucro do Período	-	-	-	-	-	281.128	281.128
Destinações:							
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	775	-	-	-	-	775
Reserva Legal	-	-	14.056	-	-	(14.056)	-
Reserva Estatutária	-	160.243	-	-	-	(160.243)	-
Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-	(61.855)	(61.855)
Dividendos	-	-	-	-	-	(4.913)	(4.913)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	40.061	-	(40.061)	-
Saldo em 31.12.2023	1.473.122	360.046	35.080	40.061	-	-	1.908.309
Saldo em 01.01.2024							
Saldo em 01.01.2024	1.473.122	360.046	35.080	40.061	-	-	1.908.309
Lucro do Período	-	-	-	-	-	368.069	368.069
Destinações:							
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	341	-	-	-	-	341
Reserva Legal	-	-	18.403	-	-	(18.403)	-
Aumento de Capital	408.479	(373.399)	(35.080)	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	209.799	-	-	-	(209.799)	-
Reserva Especial de Lucro	-	13.353	-	(13.353)	-	-	-
Juros s/ Capital Próprio	-	(1.352)	-	-	-	(139.867)	(141.219)
Dividendos	-	-	-	(26.708)	-	-	(26.708)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(2.512)	-	(2.512)
Saldo em 31.12.2024	1.881.601	208.788	18.403	-	(2.512)	-	2.106.280
Saldo em 01.07.2024							
Saldo em 01.07.2024	1.473.122	373.399	35.080	-	-	169.662	2.051.263
Lucro do Período	-	-	-	-	-	168.099	168.099
Destinações:							
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	341	-	-	-	(113)	228
Reserva Legal	-	-	18.403	-	-	(18.403)	-
Aumento de Capital	408.479	(373.399)	(35.080)	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	209.799	-	-	-	(209.799)	-
Juros s/ Capital Próprio	-	(1.352)	-	-	-	(109.446)	(110.798)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(2.512)	-	(2.512)
Saldo em 31.12.2024	1.881.601	208.788	18.403	-	(2.512)	-	2.106.280

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
RELATIVO AO 2º SEMESTRE DE 2024 E AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	2º Sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Lucro Antes dos Impostos e Participações	254.310	625.330	510.222
Ajustado por:			
Ajustes de Exercícios Anteriores	227	340	(25.229)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(2.512)	(2.512)	-
Depreciação/Amortização	24.869	48.032	48.775
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	224.710	393.880	268.080
Constituição/(Reversão) de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(7.969)	1.566	1.846
Constituição/(Reversão) de provisão para outros créditos	1.960	3.958	(2.315)
Perda de Imobilizado	8	12	1.993
Constituição/(Reversão) de provisão para desvalorização de outros bens	(1)	(105)	(6)
Ajuste de marcação a valor de mercado – TVM	(814)	(1.481)	(339)
Efeito das Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(1.582)	1.767	5.141
Lucro Antes dos Impostos e Participações Ajustado	493.206	1.070.787	808.168
Varição de Ativos e Obrigações	(455.488)	(816.684)	(1.726.714)
(Aumento) /Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	200.548	111.078	73.001
(Aumento) em TVM mantidos para negociação	172.058	168.461	(310.701)
(Aumento) em Operações de Crédito	(530.094)	(1.577.736)	(2.530.567)
(Aumento) em Outros Créditos	12.484	(79.682)	(137.329)
Redução/ (Aumento) em Outros Valores e Bens	(263)	(1.166)	(1.464)
(Aumento) /Redução em Relações Interfinanceiras/Interdependências	48.360	101.069	(174.955)
Aumento em Recursos Aceites financeiras	670.591	833.883	339.130
Aumento em Depósitos	(1.727.087)	(555.654)	426.197
Aumento em Obrigações por Operações Compromissadas	718.307	199.777	721.554
Aumento em Obrigações por repasse no País	4.552	2.553	15.138
Aumento/ (Redução) em Obrigações por Empréstimo	64.642	174.812	(9.187)
(Redução) /Aumento em Outras Obrigações	(43.512)	(15.332)	31.955
Impostos e contribuição social Pagos	(46.074)	(178.747)	(169.486)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	37.718	254.103	(918.546)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
TVM mantidos até o vencimento	(44.471)	(37.393)	11.600
Aquisição de Imobilizado de Uso	(41.234)	(42.450)	(9.527)
Aquisição de Intangível	(35.786)	(91.323)	(44.909)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(121.491)	(171.166)	(42.836)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	(141.219)	(172.838)	(61.855)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(141.219)	(172.838)	(61.855)
(Redução) /Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(224.992)	(89.901)	(1.023.237)
Início do Período	444.174	312.432	1.340.810
Efeito das Mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	1.582	(1.767)	(5.141)
Fim do Período	220.764	220.764	312.432
(Redução) /Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(224.992)	(89.901)	(1.023.237)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
RELATIVO AO 2º SEMESTRE DE 2024 E AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
1 – RECEITAS	1.691.955	3.314.350	3.025.243
Intermediação financeira	1.722.127	3.364.544	3.002.418
Prestação de serviços	114.836	225.313	211.134
Provisão de créditos	(224.710)	(393.879)	(268.080)
Outras Receitas	79.702	118.372	79.771
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(577.713)	(1.121.729)	(1.148.331)
Captação	(558.432)	(1.097.134)	(1.138.460)
Obrigação por Empréstimos e Repasses	(19.281)	(24.595)	(9.871)
3 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(346.937)	(611.802)	(516.530)
Materiais, energia e outros	(14.395)	(28.048)	(25.854)
Serviços de terceiros	(232.971)	(448.167)	(409.279)
Outras Despesas	(99.571)	(135.587)	(81.397)
4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	767.305	1.580.819	1.360.382
5 – RETENÇÕES	(24.870)	(48.032)	(48.774)
Amortização	(20.299)	(38.584)	(37.440)
Depreciação	(4.571)	(9.448)	(11.334)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO	742.435	1.532.787	1.311.608
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	742.435	1.532.787	1.311.608
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	742.435	1.532.787	1.311.608
8.1 – Pessoal	385.392	710.382	614.562
Remuneração direta	272.303	512.166	447.306
Benefícios	93.084	161.507	135.244
FGTS	20.005	36.709	32.012
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	167.606	412.403	376.573
Federais	161.804	399.676	364.730
Estaduais	11	17	17
Municipais	5.791	12.710	11.826
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	21.338	41.933	39.345
Aluguéis	21.338	41.933	39.345
8.4 - Remuneração de capitais próprios	168.099	368.069	281.128
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos	110.798	167.927	61.855
Lucros retidos no período	57.301	200.142	219.273
8.5 – Valor Adicionado distribuído	742.435	1.532.787	1.311.608

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas 2024

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020 e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento:

CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016;

CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;
CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;
CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;
CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e
CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 6 de março de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e valores mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisões, ativos e passivos contingentes;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde;
e

Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações

ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e Valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados, até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa

descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 31 de dezembro de 2024, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante o período de 31 de dezembro de 2024, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía qualquer saldo registrado e/ou apurou resultado de operações dessa natureza.

f. Relações Interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os

Bancos/Agentes Financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa n.º 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Esses valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota Explicativa n.º 8b).

j. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

I. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que

permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas Demonstrações Financeiras porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – CVM nº 199/2024, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

u. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

v. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	220.764	212.413
Disponibilidades em moeda nacional	213.513	194.143
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.251	18.270
Equivalente de Caixa	-	100.019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	100.019
Total	220.764	312.432

O montante de R\$ 220.764 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 312.432 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.12.2024	31.12.2023
Aplicações - Mercado Aberto	-	100.019
Posição bancada	-	100.019
Notas do tesouro nacional	-	100.019
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	391.524	502.602
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	391.524	502.602
Total	391.524	602.621

A posição bancada representa os Títulos Públicos comprados pelo Banpará nas operações compromissadas (CRV), os quais são revendidos obrigatoriamente no dia seguinte. Com base nesse entendimento, o Banpará no dia 29/12/2023 (último dia útil do ano) executou perante contraparte compra com revenda (doação de recurso no mercado financeiro), recebendo como lastro NTN, enquanto que no dia 31/12/2024 o Banco não realizou operação de CRV, demonstrada pela ausência de valor nessa data.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Posição bancada	16.738	45.438	69.158
Depósitos interfinanceiros	17.721	37.191	42.583
Total	34.459	82.629	111.741

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários, tendo sua redução justificada pela diminuição no saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez em decorrência da redução da taxa SELIC durante os últimos meses.

5. Títulos e Valores Mobiliários

5.1 Classificação por tipo de papel

Títulos	31.12.2024	31.12.2023
Livres	314.189	611.357
Letras Financeiras do Tesouro	223.820	323.539
Letras do tesouro Nacional	6.853	-
CVS (a)	30.427	44.621
Letras de crédito imobiliário	-	241.696
Cotas de fundos de investimento em participações (b)	53.010	1.437
Bladex	79	64
Vinculados a operações compromissadas	1.302.268	1.101.775
Letras Financeiras do Tesouro	1.302.268	1.101.775
Vinculados ao Banco Central	105.158	130.937
Letras Financeiras do Tesouro	105.158	130.937
Vinculados à prestação de garantia	-	7.132
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.132
Total	1.721.615	1.851.201
Circulante	1.631.246	1.805.079
Não circulante	90.369	46.122

(a) Banpará mantém em sua carteira títulos de Certificados de Variação Salarial (CVS) emitidos pelo Tesouro Nacional como parte da securitização das dívidas remanescentes do Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS, provenientes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Estes títulos são mantidos na carteira bancária, ou seja, até o seu vencimento. Quanto à metodologia de marcação a mercado (MaM), o preço unitário (PU) de cada título é discriminado por tipo (A, B, C e D) e calculado mensalmente por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando a curva de juros de cupom de Taxa Referencial (TR) como fator de desconto. Nesse contexto, entendemos que o ajuste a valor de mercado serve apenas como informação adicional, não sendo registrado nas Demonstrações Financeiras.

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

5.2 Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Sem vencimento	Meses		Anos			31.12.2024	31.12.2023
		Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	-	237.160	605.583	534.836	260.520	1.638.099	1.805.079
Títulos públicos	-	-	237.160	605.583	534.836	260.520	1.638.099	1.805.079
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	241.696
Letras do tesouro nacional	-	-	-	5.402	-	1.451	6.853	-
Letras financeiras tesouro	-	-	237.160	600.181	534.836	259.069	1.631.246	1.563.383
Títulos mantidos até o vencimento (a)	51.633	1.377	-	30.427	-	-	83.437	46.058
Títulos públicos	-	-	-	30.427	-	-	30.427	44.621
CVS	-	-	-	30.427	-	-	30.427	44.621
Títulos privados	51.633	1.377	-	-	-	-	53.010	1.437
Cotas de fundos de invest. em participações	51.633	1.377	-	-	-	-	53.010	1.437
Títulos sem vencimento	79	-	-	-	-	-	79	64
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior	79	-	-	-	-	-	79	64
Bladex	79	-	-	-	-	-	79	64
Total em 31.12.2024	51.712	1.377	237.160	636.010	534.836	260.520	1.721.615	-
Total em 31.12.2023	64	320.925	248.828	471.775	454.160	355.449	-	1.851.201

(a) não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro 2023. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

5.3 Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.12.2024		31.12.2023		31.12.2024	31.12.2023
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	1.639.151	1.638.099	1.805.007	1.805.079	(1.052)	72
Letras de crédito imobiliário	-	-	241.696	241.696	-	-
Letras do tesouro nacional	10.000	6.853	-	-	(3.147)	-
Letras financeiras do tesouro	1.629.151	1.631.246	1.563.311	1.563.383	2.095	72
Mantidos até o vencimento (a)	83.437	79.318	46.058	46.058	(4.119)	-
CVS	30.427	26.308	44.621	44.621	(4.119)	-
Cotas de fundos de invest. em participações	53.010	53.010	1.437	1.437	-	-
Sem vencimento	79	79	64	64	-	-
Bladex	79	79	64	64	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

5.4 Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	31.12.2024	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras de crédito imobiliário	-	-	-
Letras do tesouro Nacional	6.853	6.853	
Letras financeiras do tesouro	1.631.246	1.631.246	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	30.427	-	30.427
Cotas de fundos de invest. em participações.	53.010	-	53.010
Sem vencimento			
Bladex	79	-	79
Total	1.721.615	1.638.099	83.516

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2023	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras de crédito imobiliário	241.696	-	241.696
Letras financeiras do tesouro	1.563.383	1.563.383	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	44.621	-	44.621
Cotas de fundos de invest. em participações	1.437	-	1.437
Sem vencimento			
Bladex	64	-	64
Total	1.851.201	1.563.383	287.818

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Resultado de títulos de renda fixa	69.911	164.445	204.370
Resultado de títulos de renda variável	19.568	19.549	(59)
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	814	1.481	1.298
Renda de Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	84	84	-
Total	90.377	185.559	205.609

6. Relações Interfinanceiras

Contas	31.12.2024	31.12.2023
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	-	223.804
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	338.662	277.359
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	389.907	342.108
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	55.696	53.948
(-) Provisão para perdas em títulos vinculados	(508)	-
Total	783.757	897.219
Circulante	728.061	843.271
Não circulante	55.696	53.948

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 55.696 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 53.948 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	31.12.2024	31.12.2023
Operações de crédito	14.082.411	12.756.479
Empréstimos e Títulos descontados	12.599.183	11.650.926
Financiamentos	155.190	86.415
Financiamentos rurais e agroindustriais	147.175	139.963
Financiamentos imobiliários	1.180.863	879.175
Outras rubricas	200.437	184.432
Valores a receber relativos a transações de pagamento	112.485	110.148
Operações de câmbio	87.952	74.284
Total da carteira de crédito	14.282.848	12.940.911
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(473.510)	(332.605)
Provisões constituídas	(470.027)	(327.952)
Outros créditos (Nota 8)	(3.483)	(4.653)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	13.809.338	12.608.306
Circulante	3.684.349	3.391.113
Não circulante	10.124.989	9.217.193

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.12.2024	31.12.2023
Pessoa física	13.630.866	12.560.356
Consignados	10.581.090	9.837.970
Banparacard	1.213.546	1.274.586
Cheque especial	5.251	5.511
Cartão de crédito	180.681	181.090
Sazonais	2.992	2.643
Imobiliário	1.039.701	784.566
Outros	607.605	473.990
Pessoa jurídica	651.982	380.555
Cheque empresarial	2.692	3.638
Capital de giro	318.925	165.175
Imobiliário	141.833	95.096
Outros	188.532	116.646
Total	14.282.848	12.940.911

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2024	31.12.2023
Parcelas vincendas	8.313.548	4.725.105	384.914	135.565	180.668	46.724	37.756	72.603	216.262	14.113.145	12.799.198
Até 30 dias	226.965	146.025	22.003	7.169	5.374	1.883	1.964	2.419	8.426	422.228	400.778
31 a 60 dias	219.488	138.742	26.742	6.019	4.220	2.700	1.804	2.264	7.898	409.877	366.936
61 a 90 dias	197.684	127.769	24.627	5.072	3.807	2.373	1.631	2.063	6.785	371.811	333.872
91 a 180 dias	418.772	273.135	64.579	16.034	10.207	6.360	4.327	4.531	21.247	819.192	717.465
181 a 360 dias	959.607	599.473	84.173	18.907	18.002	11.872	7.181	8.532	29.648	1.737.395	1.616.664
Acima de 360 dias	6.291.032	3.439.961	162.790	82.364	139.058	21.536	20.849	52.794	142.258	10.352.642	9.363.483
Parcelas vencidas	-	6.894	3.632	10.340	6.354	10.678	15.083	16.556	100.166	169.703	141.713
Até 14 dias	-	6.733	1.328	1.555	889	729	570	1.886	4.635	18.325	24.286
15 a 30 dias	-	161	2.304	3.383	871	1.187	1.170	1.183	1.769	12.028	9.594
31 a 60 dias	-	-	-	5.402	843	1.350	2.525	2.173	5.572	17.865	15.107
61 a 90 dias	-	-	-	-	3.751	1.228	2.456	2.241	5.663	15.339	14.661
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	6.184	8.362	9.060	21.219	44.825	38.463
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	13	61.296	61.309	39.463
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	139
Total em 31.12.2024	8.313.548	4.731.999	388.546	145.905	187.022	57.402	52.839	89.159	316.428	14.282.848	-
Total em 31.12.2023	7.730.964	4.390.045	265.526	62.034	141.505	33.847	32.508	63.008	221.474	-	12.940.911

d. Por setores de atividade

Setores	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	12.269.573	85,90	11.632.945	89,90
Varejo - Pessoas Jurídicas	286.484	2,01	171.994	1,32
Rural - Pessoa Física e Jurídica	147.175	1,03	139.964	1,08
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	310.131	2,17	42.062	0,33
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	1.181.533	8,27	879.662	6,80
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	87.952	0,62	74.284	0,57
Total	14.282.848	100,00	12.940.911	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	52.654	0,37	55.357	0,43
10 seguintes maiores devedores	261.242	1,83	189.037	1,46
20 seguintes maiores devedores	200.636	1,40	122.167	0,94
50 seguintes maiores devedores	152.159	1,07	97.204	0,75
100 seguintes maiores devedores	135.381	0,95	113.514	0,88
Demais devedores	13.480.776	94,38	12.363.632	95,55
Total	14.282.848	100,00	12.940.911	100,00

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Saldo no início do período	(374.766)	(327.952)	(230.704)
Provisões constituídas	(1.604.482)	(2.936.594)	(2.064.394)
Reversões de provisões	1.380.271	2.541.544	1.797.018
Valores baixados ou compensados com créditos	128.950	252.975	170.128
Saldo final do período	(470.027)	(470.027)	(327.952)
Outros créditos - Saldo no início do período	(2.985)	(4.653)	(3.949)
Provisões constituídas	(25.033)	(46.831)	(55.612)
Reversões de provisões	24.535	48.001	54.908
Outros créditos - Saldo no final do período	(3.483)	(3.483)	(4.653)
Saldo final do período	(473.510)	(473.510)	(332.605)
Circulante	(228.057)	(228.057)	(186.316)
Não circulante	(245.453)	(245.453)	(146.289)

7.3. Movimentação da carteira de renegociação

Contas	31.12.2024	31.12.2023
Saldo no início do período	188.918	149.998
Renegociação	212.781	109.224
Recebimentos	(86.097)	(49.619)
Baixas	(35.843)	(20.685)
Saldo final do período	279.759	188.918
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	108.858	69.367
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	38,91%	36,72%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Adiantamento a depositante	13	110	359
Empréstimo	1.465.234	2.852.555	2.498.859
Financiamento com interveniência	10.088	19.219	8.661
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	26.542	52.271	48.028
Financiamentos rurais	6.739	14.712	14.627
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	51.475	94.821	61.325
Total	1.560.091	3.033.688	2.631.859

8. Outros Créditos

Contas	31.12.2024	31.12.2023
Carteira de câmbio	107.152	131.909
Créditos a receber	3.647	7.250
Serviços prestados a receber	3.600	7.243
Serviços prestados em arranjo de pagamento	47	7
Créditos diversos	494.885	488.516
Adiantamento e antecipações salariais	8.427	8.122
Adiantamento para pagamento	56.776	66.122
Devedores por depósitos em garantia (a)	117.010	117.036
Imposto e contribuições a compensar	148.738	126.381
Pagamentos a ressarcir	2.364	1.999
Título e crédito a receber sem característica de concessão	1.389	5.718
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	112.485	110.148
Devedores diversos – País (c)	47.696	52.990
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(11.482)	(8.653)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(3.483)	(4.653)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(7.999)	(4.000)
Circulante	594.202	619.022

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme nota 16.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 112.485 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 110.148 em 31 de dezembro de 2023) e estão assim distribuídos:

Contas	31.12.2024	31.12.2023
BANPARÁ Mastercard	112.478	110.116
Valores a faturar	20.838	16.008
Faturados a receber	31.433	35.729
Parcelado lojista a agendar bandeira	60.207	58.379
Cartão BANPARÁ	7	32
Parcelado sem juros	7	32
Total	112.485	110.148

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 47.696 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 52.990 em 31 de dezembro de 2023), registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 7.999 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.000 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrativo abaixo:

Contas	31.12.2024	31.12.2023
Saldo no início do período	(4.000)	(6.251)
Provisões constituídas	(19.602)	(10.291)
Reversões de provisões	15.603	12.542
Saldo final do período	(7.999)	(4.000)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e Equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	1.272	59.074	25.323	10.835	123.251	15.192	171	235.118
Depreciação acumulada	-	(38.179)	(17.849)	(7.305)	(103.653)	(9.045)	(171)	(176.202)
Líquido 31.12.2023	1.272	20.895	7.474	3.530	19.598	6.147	-	58.916
Aquisições	40.022	-	2.396	-	32	-	-	42.450
Baixas custo	-	-	(291)	(109)	(201)	(1)	-	(602)
Baixas depreciação	-	-	284	106	198	1	-	589
Depreciação	-	(656)	(1.754)	(773)	(5.222)	(1.042)	-	(9.447)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação líquida	40.022	(656)	635	(776)	(5.193)	(1.042)	-	32.990
Custo	41.294	59.074	27.428	10.726	123.082	15.191	171	276.966
Depreciação acumulada	-	(38.835)	(19.319)	(7.972)	(108.677)	(10.086)	(171)	(185.060)
Líquido 31.12.2024	41.294	20.239	8.109	2.754	14.405	5.105	-	91.906

O Banco, buscando melhorias tecnológicas, vem investindo no seu intangível composto por softwares, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, por intangíveis em curso que representam os sistemas que se encontram em desenvolvimento e, como ainda não foram concluídos, não sofrem amortização, e por outros ativos intangíveis que se referem, em sua maioria, a termos de cooperação realizados junto ao Governo do Estado do Pará destinado a integração da infraestrutura para rede de comunicação de dados, voz e imagem e por não terem vida útil definida não sofrem amortização e, quando aplicável, os valores são ajustados ao valor recuperável (*impairment*).

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	176.882	39.091	3.000	13.850	232.823
Amortização acumulada	(95.676)	-	(1.125)	(14)	(96.815)
Líquido 31.12.2023	81.206	39.091	1.875	13.836	136.008
Aquisições	40.411	54.417	-	3	94.831
Baixas custo	(26.692)	(3.507)	-	-	(30.199)
Baixas amortização	26.692	-	-	-	26.692
Amortização	(37.080)	-	(1.500)	(5)	(38.585)
Transferências	51.984	(51.984)	-	-	-
Movimentação líquida	55.315	(1.074)	(1.500)	(2)	52.739
Custo	242.585	38.015	3.000	13.854	297.454
Amortização acumulada	(106.063)	-	(2.625)	(19)	(108.707)
Líquido 31.12.2024	136.522	38.015	375	13.835	188.747

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

Contas	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	8.019.612	8.428.711
Depósitos à vista	964.688	863.389
Depósitos do público	385.542	463.109
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	6.898	14.727
Depósitos de governo	571.846	385.151
Depósitos a prazo	4.607.432	5.333.469
Depósitos de poupança	2.000.968	1.777.554
Depósitos interfinanceiros	446.524	454.299
Não circulante	4.299.849	4.446.403
Depósitos a prazo	4.299.849	4.446.403
Total	12.319.461	12.875.114

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.12.2024	31.12.2023
Sem vencimento	964.688	225	-	2.000.968	2.965.881	2.640.995
Até 30 dias	-	332.560	-	-	332.560	202.148
De 31 a 60 dias	-	109.111	-	-	109.111	243.204
De 61 a 90 dias	-	118.586	-	-	118.586	236.905
De 91 a 180 dias	-	762.896	-	-	762.896	885.502
De 181 a 360 dias	-	3.284.054	-	-	3.284.054	4.219.957
Acima de 360 dias	-	4.299.849	446.524	-	4.746.373	4.446.403
Total	964.688	8.907.281	446.524	2.000.968	12.319.461	12.875.114

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.12.2024	31.12.2023
Sociedades ligadas	543.822	3.278.047	-	-	3.821.869	4.257.554
Pessoas físicas	268.343	1.514.748	-	1.944.832	3.727.923	3.457.226
Invest. Institucionais	-	2.006	-	-	2.006	2.004
Instituição financeira	402	152.921	-	-	153.323	402
Pessoas jurídicas	119.423	3.165.774	-	56.136	3.341.333	3.598.811
Governo municipal	28.576	793.785	-	-	822.361	1.098.720
Outros	4.122	-	446.524	-	450.646	460.397
Total	964.688	8.907.281	446.524	2.000.968	12.319.461	12.875.114

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	31.12.2024	31.12.2023
Recompras a liquidar - Carteira própria	1.299.950	1.100.173
Total	1.299.950	1.100.173

e. Despesas de captação

	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Depósitos de poupança	(63.052)	(118.907)	(117.078)
Depósitos interfinanceiros	(24.155)	(48.022)	(19.604)
Depósitos a prazo	(381.362)	(771.513)	(898.038)
Depósitos judiciais	(2)	(4)	(3)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(39.079)	(71.174)	(47.882)
Letras financeiras	(42.961)	(71.578)	(40.697)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(7.821)	(15.936)	(15.158)
Total	(558.432)	(1.097.134)	(1.138.460)

11. Relações Interfinanceiras

	31.12.2024	31.12.2023
Transação de pagamento	104.382	102.019
Total	104.382	102.019

O montante de R\$ 104.382 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 102.019 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. Emissão de Títulos

	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	356.772	189.192
Recursos de letras financeiras	356.772	189.192
Não circulante	985.440	319.137
Recursos de letras financeiras	985.440	319.137
Total	1.342.212	508.329

O montante de R\$ 1.342.212 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 508.329 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas as taxas variam entre 107% a 107,5% do CDI, com prazos entre 2 a 5 anos (em 31 de dezembro de 2023 entre 106% e 107,5%, com prazos de 2 a 5 anos). Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31.12.2024	31.12.2023
No exterior	89.796	9.577
No país	190.107	42.774
Total	279.903	52.351

O montante de R\$ 279.903 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 52.351 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

As captações no exterior se referem às captações (*funding*) realizadas pelo Banco, com o objetivo de custear a concessão de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio Externo (ACE), oferecidos pela mesa primária às empresas que atendem aos requisitos para este tipo de crédito. A captação foi realizada a taxas médias de 7,0375% a.a. e com prazos variando entre 358 e 717 dias corridos, conforme os contratos estabelecidos. As captações no país se referem a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	203.082	206.844
Provisão com pessoal	88.520	83.866
Provisão com PLR	29.456	26.666
Provisão para outras despesas administrativas	56.808	54.910
Passivo para risco – Trabalhista	13.389	25.849
Passivo para risco – Cível	10.004	9.780
Passivo para risco – Tributária	2.325	3.168
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	22	63
Outros	2.558	2.542
Não circulante	38.008	23.363
Passivo para risco – Trabalhista*	15.259	13.736
Passivo para risco – Cível*	14.955	4.664
Passivo para risco - Tributário *	7.794	4.963
Total	241.090	230.207

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	258.236	257.016
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.963	4.648
Sociais e estatutárias	755	5.195
Fiscais e previdenciárias	45.912	38.100
Obrigações por convênios	13.231	12.681
Obrigações por prestação de serviços	123.992	89.311
Credores por recursos a liberar	25.725	21.999
Credores diversos – País (a)	18.539	25.038
Operação de Interbancário para liquidação futura	8.800	58.988
Obrigações por transações de pagamento	8	14
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	639	492
Passivo Atuarial (b)	14.383	-
Outras obrigações	2.289	550
Total	258.236	257.016

(a) O montante de credores diversos composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 18.539 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.038 em 31 de dezembro de 2023).

(b) refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre o déficit apurado na avaliação atuarial sobre o plano de saúde oferecido a empregados e ex-empregados do Banpará (Nota 19.2).

16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 28.648 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 39.585 em 31 de dezembro de 2023).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua classificação são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 50.907 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.599 em 31 de dezembro de 2023) e as principais naturezas das ações são principalmente movidas por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 24.959 (R\$ 14.444 em 31 de dezembro de 2023).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua classificação são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 148.621 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 102.295 em 31 de dezembro de 2023) e as principais naturezas das ações são principalmente movidas por clientes solicitando indenização material e/ou moral acerca da prestação de serviços bancários.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 10.119 (R\$ 8.131 em 31 de dezembro de 2023).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua classificação, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 25.745 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 49.209 em 31 de dezembro de 2023) e as principais naturezas das ações são advindas de discursões referente a tributos e contribuições.

Movimentação das provisões judiciais

	31.12.2024			31.12.2023		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
No início do período	39.585	14.444	8.131	35.257	16.725	8.332
Atualização monetária	7.747	3.110	891	5.329	2.414	1.033
Constituições	12.832	13.056	5.750	7.932	2.187	-
Reversões	(28.811)	(3.994)	(4.653)	(4.867)	(5.552)	(1.234)
Pagamentos	(2.705)	(1.657)	-	(4.066)	(1.330)	-
No final do período	28.648	24.959	10.119	39.585	14.444	8.131
Dep. Judiciais	20.822	34.931	61.005	26.456	18.788	71.556

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	13.390	10.004	2.325	25.719
De 1 a 5 anos	15.258	14.292	7.794	37.344
Acima de 5 anos	-	663	-	663
Total	28.648	24.959	10.119	63.726

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	16	0,000	19	0,000
Demais Acionistas	1.445	0,015	1.442	0,015
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.449	2.200	9.521.649	0,023

(1). Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2). Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Reserva Legal e Estatutária

Conforme previsto na Lei n 6.404.76, antes de qualquer distribuição, é destinado 5% do lucro do Banco para constituição da reserva legal, que tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva estatutária é calculada em até 70% do lucro, conforme definido pelo estatuto social do Banco.

c. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribuiu dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

De acordo com a Política de Dividendos do Banpará, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo máximo, 40% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, deste modo foi pago o valor de R\$ 31.620 para pagamentos de dividendos aos acionistas relativos ao ano de 2023, equivalente a R\$ 3,32 bruto por ação

Para o pagamento de juros sobre o capital próprio o Conselho de Administração aprovou a proposta relativo ao 1º trimestre de 2024 no montante de R\$ 30.420 (R\$ 3,19 por ação) em 26 de junho de 2024, pagos em 17 de julho de 2024. O pagamento que foi realizado gerou a título de economia tributária o valor de R\$ 13.689.

Para o pagamento de juros sobre capital próprio do 2º trimestre de 2024 o Conselho de administração aprovou o valor de 36.190 (R\$ 3,80 por ação) em 29 de agosto de 2024. O pagamento foi efetuado em 19 de setembro de 2024 e gerou a título de economia tributária o valor de R\$ 16.286

Para o pagamento de juros sobre capital próprio do 3º trimestre de 2024 o Conselho de administração aprovou o valor de 35.673 (R\$ 3,75 por ação) em 29 de outubro de 2024. O pagamento foi efetuado em 13 de novembro de 2024 e gerou a título de economia tributária o valor de R\$ 16.053

Para o pagamento de juros sobre capital próprio do 4º trimestre de 2024 o Conselho de administração aprovou o valor de 38.935 (R\$ 4,09 por ação) em 11 de dezembro de 2024. O pagamento foi efetuado em 27 de dezembro de 2024 e gerou a título de economia tributária o valor de R\$ 17.530

18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e gerenciamento contínuo de capital, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Área de Gestão de Risco Financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Risco de crédito:

Conforme o art. 21 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; à reestruturação de instrumentos financeiros; aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Destaque-se que o gerenciamento de riscos no Banpará é contínuo e integrado, o que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco de crédito na Instituição.

Assim, com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, o gerenciamento do risco de crédito abrange a/o:

- Elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias;
- Elaboração de modelos de classificação de risco de crédito, baseada nos C's do crédito, os quais objetivam mitigar o risco de inadimplência, bem como subsidiar deliberações sobre as operações, de acordo com determinações constantes no manual interno de alçada de crédito;
- Reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito, por meio de relatórios gerenciais de controle de risco, reportes esses disponibilizados a todos os agentes envolvidos no processo de concessão e pós-concessão do crédito, desde as agências até a Alta Administração;
- Simulação de cenários diversos, considerando a quebra de premissas, a nível micro e macroeconômico, visando mensurar os potenciais impactos sobre a instituição e/ou sobre um portfólio específico. Tais cenários possibilitam, por exemplo, a avaliação sobre a necessidade de complemento da despesa de provisão e a medição do efeito sobre os resultados do Banco, fato que ajuda na elaboração de ações corretivas, quando necessário;
- Implementação de mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes para fazer face às perdas esperadas;
- Avaliação prévia do risco de crédito quando do lançamento de novos produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de um efetivo gerenciamento;
- Adoção de boas práticas relacionadas ao risco socioambiental, mitigando potenciais efeitos adversos à instituição, à sociedade e ao meio ambiente.

Em termos de saldo, a carteira de crédito do Banpará alcançou, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 14.282.848, dos quais 95,44% estavam concentrados nos clientes pessoa física, conforme descrito abaixo, com destaque para as operações de crédito consignado:

Nível de Risco	4º Trim 2024	3º Trim 2024	2º Trim 2024	1º Trim 2024	4º Trim 2023
Pessoa Física	95,44%	95,96%	96,90%	96,95%	97,06%
Pessoa Jurídica	4,56%	4,04%	3,10%	3,05%	2,94%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Dessa carteira, 95,08% do crédito estavam concentrados nas classes de risco AA – C, em virtude do grande volume de operações com consignação em folha e pelas concessões de crédito pessoa jurídica vinculadas a garantias:

NÍVEL DE RISCO	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	8.313.548	58,21	7.730.964	59,74
A	4.731.999	33,13	4.390.045	33,92
B	388.545	2,72	265.526	2,05
C	145.905	1,02	62.034	0,48
D - H	702.851	4,92	492.342	3,81

Quando se analisa o atraso de 15 a 90 dias e a inadimplência (atraso superior a 90 dias), para o fechamento em 31 de dezembro de 2024, observa-se que os indicadores foram de 1,25% e 2,12%, respectivamente:

Índices	4º Tri 2024	3º Tri 2024	2º Tri 2024	1º Tri 2024	4º Tri 2023
Índice de Atraso	1,25%	1,32%	1,26%	1,25%	0,87%
Índice de inadimplência	2,12%	1,88%	1,66%	1,72%	1,72%

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade da carteira é um cenário que simula o efeito de um aumento da provisão para fazer face às perdas, em função de um incremento de 150% sobre os ativos problemáticos, conforme metodologia adotada pelo Banco Central do Brasil, que considera atrasos superiores a 90 dias.

A partir do referido choque, a despesa de provisão incremental estimada foi de R\$ 132.919.

Carteira Atual:

Cenário atual	Saldo	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático
AA	8.313.548	-	-
A	4.731.999	-	-
B	388.545	-	-
C	145.905	-	-
D	187.022	-	-
E	57.403	13.114	3.934
F	52.838	20.561	10.280
G	89.160	56.761	39.733
H	316.428	211.892	211.892
Total	14.282.848	302.328	265.839

Carteira com choque de 150% sobre os ativos problemáticos:

Cenário estresse	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático	Complemento de provisão*
E	19.672	5.901	1.967
F	30.841	15.421	5.140
G	85.141	59.599	19.866
H	317.837	317.837	105.946
Total ativo problemático	453.491	398.758	132.919

*Provisão constituída no cenário estressado deduzida da provisão constituída no cenário de normalidade.

Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como, o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Com objetivo de identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o VaR (Value at Risk) paramétrico, fazendo uso da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	31.12.2024	31.12.2023
	Valor Exposto*	Valor Exposto
PRÉ	6.870	(1.022.172)
USD	3.267	21.151
Euro	2.369	2.477
Total	12.506	(998.544)

*Valor Exposto: Ativo - Passivo

O aumento observado na exposição pré deve-se a não renovação de ativos em CDI com percentual de remuneração diferente de 100% do indexador. A diminuição de exposição ocorrida no dólar é atribuída à redução no saldo da conta em moeda estrangeira mantida no exterior.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

Cenário Provável:

- Os choques para a taxa de juros basearam-se na mediana das projeções para a taxa Selic que estará vigente no fechamento do primeiro trimestre de 2024, divulgadas no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central e que haviam sido realizadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao dia 31/12/2024.
- Para o dólar, a expectativa dos analistas, conforme o mesmo sistema, é de que a cotação atinja R\$ 5,96 para o ano de 2025.
- Para o euro, utilizando a correlação de Person da cotação em reais do par USD/EUR no intervalo de dois anos (0,9683), a cotação esperada é de R\$ 6,62.

Cenário Possível:

- Considerando o histórico da taxa Selic Meta nos últimos 2 anos, pode-se afirmar que, com um intervalo de confiança de 95%, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -74 bps e +138 bps. Desta forma, utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desfavorável ao Banco (+138 pontos base).

- Analisando a variação da cotação do dólar para o mesmo período, com o mesmo intervalo de confiança, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -7,72% e +10,64%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais prejudicial ao Banpará (-7,72%).
- Para o euro, a variação trimestral esperada ficou entre -6,4% e +10,3%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desvantajoso ao Banpará (-6,4%).

Os cenários utilizados para as análises acima estão em conformidade com a Resolução CVM nº 121/2022.

Cenários	Fatores de risco						Variações na Posição			
	Taxa de juros		Moedas USD		Moedas EURO					
	4º Tri 2024	4º Tri 2023	4º Tri 2024	4º Tri 2023	4º Tri 2024	4º Tri 2023	4º Tri 2024	% PR	4º Tri 2023	% PR
Provável	(142)	(57)	(123)	256	(68)	41	(197)	0,01%	240	0,01%
Possível	(194)	(320)	(259)	(3.282)	(146)	(357)	(599)	-0,03%	(3.145)	-0,21%

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, devido principalmente ao saldo exposto a flutuação cambial representar apenas 0,29% do total do PR do Banco.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e alterações posteriores e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente o cumprimento da legislação vigente, a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA), que possam ser prontamente convertidos em espécie quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento da exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 (noventa) dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o Índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para

30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias úteis, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações financeiras.

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos Órgãos de Governança, via relatórios mensais ou tempestivos, com o intuito de reportar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto o Planejamento Estratégico do Banco quanto as condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, capazes de honrar as saídas projetadas de recursos, tanto em cenário de normalidade como em cenário de estresse financeiro.

Risco social, ambiental e climático:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da Instituição e a Gerência de Modelagem de Risco Social, Ambiental e Climático (GERAC), responsável por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, ambiental e climática na área de atuação,

colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a avaliação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes, bem como, o tipo de recurso direcionado a operação para a carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a área de risco, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das classificações geradas na concessão de crédito das operações com as maiores exposições ao RSAC, em conjunto com as agências de relacionamento.

No âmbito institucional, a mitigação do risco é realizada por meio de:

- Mapeamento de riscos sociais, ambientais e climáticos dos processos e atividades internas, cuja metodologia contempla a análise de impacto e probabilidade dos riscos inerentes aos processos, a fim de mantê-los em níveis aceitáveis, assim como, tratar os riscos que estiverem acima do apetite a risco da Instituição. No 4º trimestre de 2024 concluímos o segundo ciclo de mapeamento de riscos, que envolveu 51 processos internos.
- Monitoramento das perdas sociais, ambientais e climáticas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco.
- Monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito às iniciativas ESG e aos riscos aspectos socioambientais e climáticos (riscos SAC), bem como acompanhamento de regularidade socioambiental nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços. Em 2024 realizamos o primeiro ciclo de avaliação de riscos SAC envolvendo 23 fornecedores e obtivemos os resultados: 22% destes possuem ESG integrado ou parcialmente integrado a estratégia; 13,5% apresentam riscos SAC de magnitude média a alta. Os demais apresentam riscos SAC baixo ou muito baixo.
- Análise de riscos sociais, ambientais e climáticos, e de imagem e reputação de projetos de novos produtos e serviços e de patrocínios.
- Monitoramento de indicadores para mitigação dos riscos com potencial de impactar negativamente a imagem e reputação do Banco, tais como: mídias, índices de reputação, BCB, Bolsa, etc.
- Monitoramento da aderência dos normativos internos às diretrizes da PRSAC.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência

necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no índice de Basileia - IB e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, que é realizado mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pela Área de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, pela Área de Gestão de Risco Financeiro, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- As políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital, abrangendo o horizonte de cinco anos, cujo objetivo é verificar se há necessidade de capital, para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta, considerando o Planejamento Estratégico do período, para isto, são verificados os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Órgão Regulador e o apetite ao risco definido na Declaração de Apetite por Riscos-RAS;
- Plano de Contingência de Capital, que estabelece um conjunto de ações e responsabilidades a serem adotados em situações de deficiência de capital, indicando as ações mitigadoras que recomponham o capital aos níveis aceitáveis;
- A Declaração de Apetite por Riscos – RAS, tem por objetivo definir os tipos de riscos e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios;

- Programa de Testes de Estresse, que estabelece um conjunto de cenários e premissas de estresse que aplicados à Instituição permitem avaliar, de forma prospectiva, a capacidade de suportar perdas potenciais em situações extremas e adversas;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco – RWA e o risco de taxa de juros da carteira bancária por meio do IRRBB.

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o PR, 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

Abaixo a tabela resumo da composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia (IB) em:

Índice de Basileia	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio de Referência - PR	1.917.533	1.772.301
Nível I	1.917.533	1.772.301
Capital principal	1.917.533	1.772.301
Capital social	1.881.601	1.473.122
Reservas de capital, reavaliação e de lucro	227.190	435.187
Perdas não realizadas – De Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto Hedge de Fluxo de Caixa*	(2.512)	-
Ajustes prudenciais*	(188.746)	(136.008)
Ativos ponderados pelo risco - RWA**	12.710.944	11.769.884
Exposição ao risco de crédito - RWACPAD	11.113.505	10.505.647
Exposição ao risco de crédito - RWAMPAD	24.923	75.747
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	9.419	10.324
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	15.504	65.423
Exposição ao risco operacional - RWAOPAD	1.572.516	1.188.490
Risco Banking - RBAN		
IRRBB	352.935	315.394
Valor de margem sobre PR***	229.949	221.069
Índice de Basileia Banpará - IB	15,09%	15,06%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras, Ajustes Prudenciais (At. Intangível) e Perdas não Realizadas - De ajustes de Avaliação Patrimonial exceto Hedge de Fluxo de Caixa reduzem o valor de PR.

** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação (conta 953 do DLO).

Análise de resultado de capital no exercício

Em 31 de dezembro de 2024, o PR encerrou o 4º trimestre com R\$ 1.917.533 mil, apresentando um aumento de 8,19% (R\$ 145.232 mil) em comparação a 31 de dezembro de 2023, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O montante da parcela de RWA, em 31 de dezembro de 2024, totalizou R\$ 12.710.944 mil, crescendo 8% (R\$ 941.060 mil) em relação a 31 de dezembro de 2023. O aumento foi em decorrência do crescimento das parcelas RWACPAD em 5,79% (R\$ 607.858 mil) e RWAOPAD em 32,31% (R\$ 384.026 mil).

O IB registrado foi de 15,09%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador, com um aumento de 0,03 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2023.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (Interest Rate Risk of Banking Book), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação de capital para o IRRBB é realizado verificando a margem sobre o PR, conforme conta 953 do Documento de Limites Operacional – DLO. No acompanhamento do IRRBB para 31 de dezembro de 2024 verificou-se um aumento de alocação de capital de 11,90% (R\$ 352.935), quando comparado a 31 de dezembro de 2023 (R\$ 315.394). Nesse

contexto o Banpará apresenta margem sobre o PR de R\$ 229.949 em 31 de dezembro de 2024 alocando capital suficiente para cobrir os requerimentos mínimos de capital e o risco de taxas de juros da carteira bancária.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de contribuição definida – PREVRENDA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33_R1, os Planos de Benefícios são segregados em Benefício Definido e Contribuição Definida. Assim sendo, abordamos a obrigação referente a parte BD do Plano (Estritamente ligado ao saldo projetado de contribuições em caso de invalidez ou morte do Participante Ativo).

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(2.958)	(208.879)	(211.837)
Ativo justo	5.138	208.879	214.017
(Déficit) / Superávit	2.180	-	3.349

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	63	3.167	3.230
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	63	3.167	3.230

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA na data base de 30 de novembro de 2024, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, àquela utilizada na Avaliação anterior, cuja base de dados estava posicionada em 30 de novembro de 2023:

Hipóteses atuarias e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	31.12.2024	31.12.2023
Posição dos dados	Nov-24	Nov-23
Elegibilidade	Primeira Idade	Primeira Idade
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar		
Crescimento real de salários	1,50%	1,50%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	7,34%	5,47%
Taxa de Inflação projetada*	4,34%	3,91%
Taxa anual de juros	12,00%	9,50%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	12,00%	9,50%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927/Agravada 100%	TASA 1927/Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F	RP 2000 M&F

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em

consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Considerando o valor da Duration calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 29 de dezembro de 2023, auferindo a Taxa Real de Juros em 5,38% ao ano, a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	31.12.2024	31.12.2023
Participantes ativos – com obrigação atuarial		
Quantidade	1.506	1.456
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	13.275	12.371

Movimentação dos valores reconhecidos no balanço

Valores reconhecidos no balanço patrimonial	31.12.2024	31.12.2023
Valor presente das obrigações (VPO)	1.954	1.764
(-) Valor justo dos ativos dos planos (VEJA)	(4.782)	(4.106)
Efeito do teto do ativo	2.828	2.342
Passivo atuarial líquido em 31/12	-	-
Movimentação do passivo atuarial líquido	-	-
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	(29)	(14)
Custo do serviço corrente	(29)	(14)
Custo dos juros líquidos	-	-
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(34)	(57)
Remensuração: Ganhos/Perdas atuariais	(34)	(57)
Contribuições do Patrocinador	(63)	(71)

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Valor presente no início do exercício	1.764	1.824
Custo do serviço corrente	139	80
Custo de juros	172	100
Contribuição dos participantes do plano	-	-
Benefícios pagos	(628)	(12)
Perdas (ganhos) atuariais	1.512	(229)
Mudança de premissas (financeiras)	(143)	(11)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	-
Ajuste de experiência	1.655	(218)
Valor presente no final do exercício	2.959	1.763

Movimentação no valor do ativo justo

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Valor justo dos ativos no início do exercício	(4.106)	(3.351)
Benefícios pagos	628	23
Contribuições de participante	(104)	(128)
Contribuições do empregador	(113)	(134)
Rendimento esperado dos ativos	(434)	(615)
Rendimento efetivo dos ativos	-	-
Impacto de redução/liquidação	-	-
Ganho/(Perda) sobre os ativos	(1.009)	99
Valor justo dos ativos ao final do exercício	(5.138)	(4.106)

Benefícios estimados a pagar

Benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2024 para os próximos anos:

Plano	Até 1 ano	de 1 e 2 anos	de 2 e 5 anos	Superior 5 anos	Total
PREV-RENDA	474	457	1.324	9.955	12.210

Impacto no resultado

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Custo de serviço corrente líquido de contribuição	(68)	(14)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(139)	(100)
Rendimento esperado dos ativos	434	264
Custo de juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	(295)	(164)
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	(68)	(14)

Valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes - PL	31.12.2024	31.12.2023
Saldo do início do exercício	(422)	(365)
Ganhos (Perdas) atuariais	(45)	(57)
Saldo no final do exercício	(467)	(422)

Ativos do plano de benefícios

Ativo	31.12.2024	31.12.2023
Disponível	0,07%	1,09%
Realizável	1,13%	0,58%
Títulos Públicos	0,00%	0,00%
Crédito Privados e Depósitos	0,00%	0,00%
Fundos de Investimentos	98,80%	98,16%
Operações com Participantes	0,00%	0,02%
Imóveis	0,00%	0,15%
Total dos investimentos	100,00%	100,00%

Análise de sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Varição % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	64	-2,18%
Redução de 0,25% a.a.	(67)	2,26%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(109)	3,70%
Redução de 1 ano	97	-3,28%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 0,25% a.a.	(67)	2,26%
Redução de 0,25% a.a.	65	-2,19%

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	474
De 1 a 2 anos	457
De 2 a 5 anos	1.324
Superior a 5 Anos	9.955
Total	12.210

19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O Plano de Saúde é custeado por contribuição média de cada beneficiário, independente da faixa-etária, que para fins de cálculo foi considerado o valor de R\$396,76 (trezentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos), reajustado sempre fevereiro de cada ano, com base na sinistralidade de ambas as carteiras.

Os empregados que aderirem ao Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial autorizam a realização de desconto em contracheque de percentual incidente sobre a remuneração observados os seguintes percentuais:

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O BANPARA é responsável pelo pagamento da diferença cobrada em face das mensalidades e o desconto realizado aos participantes empregados.

Os ex-empregados pagam integralmente as mensalidades cobradas pela UNIMED.

Considerando a permanência dos ex-empregados na mesma carteira, fica caracterizado o custo indireto a ser custeado pelo BANPARA e os atuais empregados, uma vez que o custo dos ex-empregados (idade elevada) é superior a mensalidade cobrada, sendo rateada entre todos.

Na data base desta Avaliação Atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	31.12.2024
Empregados	
Quantidade	2.441
Idade média (anos)	44
Tempo de serviço (anos)	13
Ex-empregados	
Quantidade	79
Idade média (anos)	71
Dependentes (Ex-empregados)	
Quantidade	49
Idade média (anos)	58

Reconhecimento Passivo

Descrição	31.12.2024
Passivo/(Ativo) reconhecido no início do período	-
Despesa do período (DRE)	10.433
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	2.927
Contribuições do Patrocinador (CAIXA)	(85)
Passivo/(Ativo) reconhecido no final do período	13.275

Premissas atuarias

HIPÓTESES E PREMISSAS	
Posição dos dados	Out-24
Elegibilidade	70 anos (ACT)
Regime Financeiro	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado – PUC
Composição familiar	60% com dependente vitalício; Homem 3 anos mais velho que a mulher
Taxa de rotatividade	$0,075/(TS+1)$
Taxa real anual de juros	7,44%
Taxa de Inflação projetada	4,89%
Taxa anual de juros	12,69%
Aging Factor	2,66%
HCCTR	6,00%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F

Movimentação da Obrigação Atuarial

Descrição	31.12.2024
Valor da Obrigação Atuarial no início do exercício	-
Benefícios pagos	-
Custo do serviço corrente líquido	297
Custo de Serviço Passado	9
Custo dos juros líquidos	771
Efeito do Compartilhamento de risco	-
Contribuições do Patrocinador	-
Contribuições dos Ex-empregados	-
Ganho/(Perda) sobre as obrigações atuariais	2.391
Valor da Obrigação Atuarial ao final do exercício	13.275

Reconhecimento em outros resultados abrangentes

Descrição	31.12.2024
(Ganhos)/Perdas sobre o Ativo Justo	-
(Ganhos)/Perdas sobre a Obrigação Atuarial	6.350
- (Ganhos)/Perdas decorrentes da Experiência	7.805
- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança biométricas	-
- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança financeira	(1.455)
(Ganhos)/Perdas sobre o compartilhamento de risco	(3.423)
Total a ser reconhecido	2.927

Reconhecimento no patrimônio líquido

Descrição	31.12.2024
Custo do Serviço Corrente Líquido	172
- Custo do Serviço Corrente	298
- Contribuição do Participante	(126)
Custo de Juros Líquidos	446
- Custo de Juros da Obrigação	771
- Receita de Juros dos Ativos	-
- Juros sobre o Compartilhamento	(325)
Custo do Serviço Passado	15.302
Custo do Serviço Passado Compartilhado	(5.486)
Total a ser reconhecido	10.434

Análise de Sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Varição % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	1.298	-5,71%
Redução de 0,25% a.a.	(1.407)	6,20%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	2.002	-8,81%
Redução de 1 ano	(2.138)	9,41%
Aging Factor		
Aumento de 0,25% a.a.	(5.041)	22,19%
Redução de 0,25% a.a.	4.673	-20,57%

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	67
De 1 a 2 anos	212
De 2 a 5 anos	1.071
Superior a 5 Anos	1.029.809
Total	1.031.159

Reconhecimento no patrimônio líquido projetado

Descrição	Para 30.06.2025
Custo do Serviço Corrente Líquido	172
- Custo do Serviço Corrente	298
- Contribuição do Participante	(126)
Custo de Juros Líquidos	446
- Custo de Juros da Obrigação	771
- Receita de Juros dos Ativos	-
- Juros sobre o Compartilhamento	(325)
Custo do Serviço Passado	15.302
Custo do Serviço Passado Compartilhado	(5.486)
Total a ser reconhecido	10.434

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Estado do Pará	3.821.869	4.257.554
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	543.822	344.092
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	3.278.047	3.913.462
ICATU FMP	552	120
Depósitos à vista	552	120

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês Estatutários, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e participações dos administradores	31.12.2024	31.12.2023
Remuneração	3.612	3.290
Pessoal chave da administração	3.113	2.582
Outras partes relacionadas	499	708
Participação nos lucros e resultados	1.698	333
Pessoal chave da administração	1.698	333

O Banco não oferece benefícios pós-emprego à pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN n° 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal chave da administração	3.200	2.764
Outras partes relacionadas	3.761	4.126
Total	6.961	6.890

Em 31 de dezembro de 2024 o Banco possui o valor total era de R\$ 6.961 (R\$ 6.890 em 31 de dezembro de 2023) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 31 de dezembro de 2024, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 19 ações.

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 259.931.

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	2º sem 2024		01.01 até 31.12.2024		01.01 até 31.12.2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participações	254.310	230.549	625.331	538.716	510.222	427.687
Participação no lucro	(37.358)	(37.358)	(73.158)	(73.158)	(50.387)	(50.387)
Juros s/ capital próprio e participações	110.798	110.798	141.218	141.218	61.855	61.855
Resultado antes da tributação	327.750	303.989	693.391	606.776	521.690	439.155
Adições (exclusões)	(72.692)	(60.265)	(45.260)	12.109	1.797	63.713
Base de cálculo	255.058	243.724	648.131	618.885	523.487	502.868
Alíquota normal (15% e 20%)	51.012	36.559	129.626	92.799	104.698	75.464
Adicional do imposto de renda (10%)	-	24.360	-	61.865	-	50.263
IR e CSLL devidos	51.012	60.919	129.626	154.664	104.698	125.727
Incentivos fiscais	-	(1.250)	-	(2.550)	-	(945)
Prorrogação da licença maternidade	-	(514)	-	(860)	-	(905)
IR e CSLL a Pagar	51.012	59.155	129.626	151.254	104.698	123.877

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras e equiparadas é calculada a alíquota de 20% a partir de março de 2020 por conta da Emenda Constitucional n° 103 promulgada em novembro de 2019.

a. Impostos Correntes

A partir de dezembro de 2023 o Banpará passou a deduzir 5% do cálculo do IRPJ nos termos da Lei n° 6.321/76 em decorrência de ação judicial, protocolada junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei n° 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 344.980, relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, desvalorização de créditos vinculados e benefício pós emprego, ativadas de 2014 a 2024, sendo o total decorrente da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL até dezembro de 2024.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n° 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação até 31 de dezembro de 2024:

Créditos tributários	31.12.2023	31.12.2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	136.939	122.484	(66.626)	192.797
Diferença temporária - CSLL	109.552	97.987	(53.301)	154.238
Total	246.491	220.471	(119.927)	347.035

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 347.035 (R\$ 246.491 em 31 de dezembro de 2023) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, desvalorização de créditos vinculados e benefício pós emprego, sendo que R\$ 119.927 mil foram realizados ao longo do período.

Créditos tributários	31.12.2023	31.12.2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	208.041	185.092	(93.571)	299.562
Diferença Temporária - Trabalhista	17.814	9.260	(14.182)	12.892
Diferença Temporária - Prov. outros créditos	3.923	5.051	(3.797)	5.177
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	10.214	6.909	(5.651)	11.472
Diferença Temporária - Prov. Cíveis - IR	6.499	7.275	(2.543)	11.231
Diferença Temporária - Desv. cred. vinculado	-	412	(183)	229
Diferença Temporária - Benefício pós-emprego	-	6.472	-	6.472
Total	246.491	220.471	(119.927)	347.035

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem pelo CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, desvalorização de créditos vinculados e benefício pós emprego.

Projeção de realização	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2034	Total
Crédito tributário de I.R	(31.233)	(28.727)	(26.028)	(23.328)	(20.629)	(62.852)	(192.797)
Crédito tributário de C. social	(24.987)	(22.981)	(20.822)	(18.663)	(16.503)	(50.282)	(154.238)
Total dos créditos	(56.220)	(51.708)	(46.850)	(41.991)	(37.132)	(113.134)	(347.035)
Taxa média de captação a.a. (%)	7,07	13,98	21,29	29,08	37,43	(88,79)	
Valor presente do crédito tributário	(52.507)	(45.366)	(38.626)	(32.531)	(27.019)	(70.170)	(266.219)

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R\$ 5.364 (R\$ 4.469 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2023		31.12.2024			
	Saldo	Ativo fiscal diferido	Reversão	Constituição	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	8.131	3.659	(4.653)	6.641	10.119	4.554
Provisão para outros valores e bens	1.800	810	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	9.931	4.469	(4.653)	6.641	11.919	5.364

d. Passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 6.020 relativos a ajustes positivos de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de atualização de depósitos tributários federais.

CONTAS	31.12.2023	31.12.2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Ajuste Marcação a Mercado	33	1.817	(1.151)	699
Atualiz. Dep. Tributários Federais	7.301	5.724	(7.704)	5.321
Total	7.334	7.541	(8.855)	6.020

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Recuperação de encargos e despesas	360	732	742
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	11.006	15.603	12.542
Reversão da licença prêmio	7.327	12.559	12.808
Reversão de provisões passivas*	38.313	41.820	17.049
Atualização de valores ativos	6.487	14.397	10.014
Atualização de depósitos judiciais	5.074	10.257	11.795
Variação cambial e diferença de taxas	4.583	4.965	9.498
Créditos oriundos de decisões transitadas em julgado	1.502	9.272	-
Outros	548	1.175	606
Total	75.200	110.780	75.054

* Provisões de contingências judiciais (cível, trabalhista e tributária).

Outras despesas operacionais	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Serviços associados a transações de pagamento	(1.713)	(3.404)	(3.255)
Desc. Concedidos em renegociações	(378)	(556)	(3.919)
Variação cambial e diferença de taxas	(2.609)	(6.919)	(14.055)
Estorno de rendas	(1.343)	(1.497)	(521)
Provisões passivas	(40.160)	(43.386)	(18.895)
Provisão de outros créditos em liquidação	(13.008)	(19.602)	(10.291)
Ações cíveis	(1.272)	(3.070)	(1.865)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	(407)	(4.305)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	(8.765)	(15.195)	(14.696)
Licença prêmio	(10.715)	(15.354)	-
Pós Emprego - Plano de Saúde	(9.816)	(9.816)	-
Outros	(858)	(1.728)	(2.903)
Total	(90.637)	(120.934)	(74.705)

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Insubsistências passivas	954	1.329	914
Superveniências ativas	3.357	5.839	3.435
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	3	8	35
Outras receitas	174	407	333
Insubsistências ativas	(6.728)	(11.250)	(8.296)
Superveniências passivas	(721)	(1.281)	(163)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(2.421)	(2.599)	(648)
Erro Sistemico	(295)	(295)	-
Outras despesas	(459)	(2.613)	(836)
Total	(6.136)	(10.455)	(5.226)

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Rendas por serviços de pagamento	8.414	16.058	13.474
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	2.079	4.027	3.522
Rendas de cobrança	377	889	928
Rendas de pacotes de serviços - PF	60.499	118.076	106.459
Rendas de serviços diferenciados - PF	778	1.543	1.783
Rendas de serviços especiais - PF	1.084	2.099	1.932
Rendas de convênios	1.190	2.347	2.529
Rendas de comissão de seguros e outros	10.656	22.661	22.131
Rendas de outros serviços	1.762	3.718	5.193
Total	86.839	171.418	157.951

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Fornecimento de 2ª via de cartão	216	434	441
Saque de conta depósito à vista e poupança	2.043	4.077	5.335
Transferência por meio de DOC/TED	2.093	4.055	3.854
Concessão de adiantamento e depositante	446	789	1.037
Anuidade cartão de crédito	8.383	17.120	17.379
Pacote de serviço	5.584	10.994	10.791
Fornecimento de folha de cheque	86	168	225
Operações de crédito	237	555	581
Manutenção de conta ativa	439	861	866
Convênios	7.035	12.025	10.411
Outras rendas	1.435	2.817	2.263
Total	27.997	53.895	53.183

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Honorários	(1.783)	(3.613)	(3.291)
Encargos sociais	(86.311)	(160.278)	(142.218)
Benefícios	(79.360)	(135.307)	(112.222)
Proventos	(231.627)	(432.849)	(391.314)
Remuneração de estagiários	(1.535)	(2.548)	(2.316)
Treinamento	(2.188)	(3.998)	(2.832)
Total	(402.804)	(738.593)	(654.193)

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Água e energia	(9.147)	(17.352)	(15.626)
Aluguéis	(21.338)	(41.933)	(39.345)
Comunicações	(14.324)	(29.846)	(32.769)
Contribuições filantrópicas	(580)	(920)	(561)
Manutenção e conservação de bens	(17.566)	(32.610)	(21.457)
Material	(778)	(1.782)	(1.643)
Processamento de dados	(73.975)	(141.267)	(137.740)
Promoções e relações públicas	(10.395)	(17.663)	(8.820)
Propaganda e publicidade	(15.575)	(29.184)	(21.623)
Publicação	(37)	(981)	(919)
Seguro	(295)	(562)	(248)
Serviços do sistema financeiro	(24.896)	(49.288)	(45.472)
Serviços de terceiros	(7.071)	(13.458)	(13.402)
Serviços de vigilância	(44.580)	(86.438)	(81.676)
Serviços técnicos especializados	(4.965)	(9.331)	(12.528)
Transportes	(16.867)	(32.898)	(28.250)
Viagens	(714)	(1.241)	(1.543)
Multas aplicadas	(9)	(9)	(3)
Outras despesas administrativas	(3.889)	(7.991)	(7.599)
Amortização	(20.299)	(38.584)	(37.441)
Depreciação	(4.571)	(9.448)	(11.335)
Total	(291.871)	(562.786)	(520.000)

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	2º sem 2024	01.01 até 31.12.2024	01.01 até 31.12.2023
Outras despesas tributárias	(967)	(2.818)	(2.316)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(5.731)	(11.246)	(10.562)
Contribuição ao COFINS	(49.277)	(97.090)	(81.695)
Contribuição ao PIS/PASEP	(8.008)	(15.777)	(13.276)
Total	(63.983)	(126.931)	(107.849)

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 11,06%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 4,96%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 31.12.2024	Cenário provável (10,88%)	Cenário possível - estresse 25% (13,60%)	Cenário remoto - estresse 50% (16,32%)
Títulos e valores mobiliários	1.721.615	(187.312)	(234.140)	(280.968)
Operação - IPCA	Base 31.12.2024	Cenário provável (4,96%)	Cenário possível - estresse 25% (6,20%)	Cenário remoto - estresse 50% (7,44%)
Provisão para contingências	63.748	(3.162)	(3.952)	(4.743)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 27/12/2024.

25. Outras Informações

25.1 Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 31 de dezembro de 2024, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25.2 Plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/21

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21 (“CMN 4966”), que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 - Instrumentos Financeiros”. Ato contínuo, o Banco Central do Brasil (BACEN), em 23 de novembro de 2023, editou a Resolução 352/23 (“BCB 352”) que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, notadamente para implementação de modelo de Perda Esperada, dentre outras diretrizes, em detrimento ao conceito anterior de Perda Incorrida vigente até o fechamento do exercício de 31 de dezembro de 2024 através da Resolução 2682/99.

O novo regramento contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por estas resoluções, registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. Referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de janeiro de 2023.

Etapa 1 - Avaliação (2022/2023): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis;

Etapa 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Etapa 3 - Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Etapa 4 - Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Etapa 5 - Atividades de transição (2024): Foi concluído o diagnóstico das Demonstrações Financeiras atuais com a identificação dos ajustes necessários para o atendimento das CMN 4.966 e BCB 352. As notas explicativas estão em fase de adaptação para o cumprimento das exigências requeridas. Concluída essa etapa, os novos processos de captura das informações serão desenhados e implementados.

Etapa 6 - Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da CMN 4.966 e BCB 352.

Durante a execução da **Etapa 1** foram mapeados os seguintes principais impactos.

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais.
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa e mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O Banpará adotará o modelo completo de Perdas Esperadas. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** foram realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos dados de 31/12/2024, conforme os critérios da CMN 4.966 e BCB 352, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 01/01/2025.

- **Estimativas dos impactos sobre a carteira de 31 de dezembro de 2024:** na construção dos modelos de Perda Esperada foram cumpridas diversas etapas no processo, utilizando bases históricas e, dentre elas se destacam:
 - Definição dos períodos de observação utilizando bases históricas;
 - Classificação da carteira nos Estágios 1, 2 ou 3, conforme definido no normativo;
 - Segregação da carteira em Grupos Homogêneos;
 - Construção de modelo de Perda Esperada com definição da PD (Probabilidade de *Default*) na concessão e no *behavior* da operação e LGD (*Loss Given Default*) e seus desdobramentos;
 - Critérios de cura para cada Grupo Homogêneo;
 - Construção de modelo de *score (behavior)*;
 - Teste de aderência utilizando boas práticas de mercado e
 - Cálculo da Perda Esperada em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

Após cumpridas essas macro etapas, não exaustivas, foi apurada a estimativa de Perda Esperada para as datas-bases de 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2024, conforme resumido abaixo, em cada estágio (conforme explicado mais adiante):

31/12/2024		Conceito de Perda	Conceito de Perda Esperada		% Carteira	% Carteira
	Saldo devedor	Incorrida (Res 2682)	(Res 4966/352)	Varição	2682	4966
Estágio 1	13.635.128	133.928	200.813	66.885	0,98%	1,47%
Estágio 2	257.435	37.333	18.764	(18.569)	14,50%	7,29%
Estágio 3	390.285	301.843	253.742	(48.101)	77,34%	65,01%
TOTAIS	14.282.848	473.104	473.319	215	3,31%	3,31%

30/06/2024		Conceito de Perda	Conceito de Perda Esperada		% Carteira	% Carteira
	Saldo devedor	Incorrida (Res 2682)	(Res 4966/352)	Varição	2682	4966
Estágio 1	13.256.113	96.973	204.882	107.909	0,73%	1,55%
Estágio 2	304.298	54.188	30.613	(23.575)	17,81%	10,06%
Estágio 3	282.592	226.265	197.245	(29.020)	80,07%	69,80%
TOTAIS	13.843.003	377.426	432.740	55.314	2,73%	3,13%

Com a implementação do modelo de Perda Esperada com base em diversos parâmetros utilizados, conforme descrito nas Políticas do Banco, é possível observar a captura da probabilidade de *default* na carteira desde a concessão do crédito, incluindo determinados casos onde seria aplicável a classificação no Estágio 2 (com as devidas ponderações), a constituição de PD nas faixas iniciais de vencimento (notadamente Estágio 1), que no regramento anterior praticamente não ocorriam nas faixas de rating AA (0% de provisão), A (0,5% provisão) e B (1% de provisão) previstos na Res. 2682.

Da mesma forma que o modelo captura a Perda Esperada já nas faixas iniciais de vencimento ou antes de qualquer vencimento ocorrer, ele também já captura de forma antecipada através do cálculo do LGD e seus desdobramentos (*LGD Forward Looking*).

Em decorrência disso, observa-se uma diminuição da PD nos níveis 2 e 3, em comparação com o regramento anterior (Res. 2682), ainda que menor do que o aumento observado no nível 1 (dada a relevância), devido a previsão de recuperação já capturada no modelo estatístico que, no modelo anterior só ocorria no momento do recebimento efetivo das operações que se encontravam em situação de *default* (equivalente aos níveis 2 e 3).

Descrição do conceito para segregação das operações nos estágios

Conforme exigido na norma, as operações devem ser classificadas em 3 estágios, conforme segue (carteira ativa):

Estágio 1: Operações que não apresentam aumento significativo relativo ao risco de crédito com relação a data inicial da operação. Neste caso a perda esperada é baseada no cálculo para uma janela futura da vida (PD para o prazo remanescente da operação) limitado a 12 meses (PD 12 meses);

Estágio 2: Operações que apresentam aumento significativo relativo ao risco de crédito com relação a data inicial da operação. Neste caso a perda esperada é baseada no cálculo para uma janela futura da vida (PD para o prazo remanescente da operação, devendo compor no mínimo a PD12 meses);

Estágio 3: Operações com evidências de perdas ou com problema de recuperação de crédito. Neste caso a perda esperada é baseada no cálculo para uma janela futura da vida, porém a PD neste caso é 100% uma vez que o estágio 3 é a própria inadimplência. Essa caracterização recebe a mesma definição instituída na resolução 4557, que dispõe sobre a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e a Estrutura de Gerenciamento de Capital, já fazendo um link com os limites operacionais da Basel.

25.3 Processo de aprimoramento da estrutura de Governança, Controles Internos e *Compliance*.

No 4º trimestre de 2024, com o propósito de fortalecimento da estrutura de Controles Internos e *Compliance*, o Banco revisou e implementou várias medidas objetivando o aprimoramento de processos e gestão de governança corporativa da Instituição. Entre essas medidas, destacamos:

- **Aprimoramento no estabelecimento de Planos de Ação pelo Controle Interno:** Adotados como estratégia para mitigação dos riscos críticos, garantindo a identificação e a correção tempestiva de falhas ou deficiências de controle, promovendo maior segurança e confiabilidade nos processos.
- **Revisão da Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT):** Essa iniciativa foi conduzida para garantir a adequação contínua às melhores práticas e aos normativos aplicáveis. A atualização reforça o compromisso da instituição em mitigar os riscos relacionados ao uso de seus produtos e serviços em atividades ilícitas.
- **Aprimoramento na análise de projetos de produtos e serviços:** No âmbito da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), a instituição aperfeiçoou os procedimentos de avaliação de risco em relação a projetos de produtos e serviços. Essa prática tem contribuído para o fortalecimento dos controles e da credibilidade no mercado, reforçando a instituição no cumprimento de normas e na prevenção de riscos reputacionais.
- **Aperfeiçoamento da Análise e avaliação crítica de processos de contratação do Banco:** Reforço no procedimento de análise de processos de contratação nos casos de maior exposição de risco para a Instituição e essencial para garantir que o Banco estabeleça parcerias comerciais seguras, éticas e alinhadas com seus valores e objetivos estratégicos.

- **Capacitação dos colaboradores e profissionais da área de PLD:** A instituição realizou investimentos na capacitação dos colaboradores e profissionais da área de PLD. Foram promovidos treinamentos específicos sobre PLD/FT e sobre a aplicação prática das políticas e ferramentas institucionais, resultando em um engajamento expressivo dos funcionários. Esse engajamento foi evidenciado pelo aumento da conscientização e da proatividade no reporte de situações de risco, além de uma maior aderência às políticas internas.
- **Intensificação do processo de Avaliação de Risco e Aderência de *Compliance* de normativos externos:** No período, a instituição ampliou a aplicação da nova metodologia de avaliação, aprimorando a mensuração da aderência aos normativos. Essa abordagem permitiu uma identificação mais proativa de riscos de *compliance* e a implementação de planos de ação eficazes, buscando oferecer segurança razoável quanto à conformidade da instituição e ao fortalecimento da gestão de riscos regulatórios.
- **Realização da 4ª edição da Semana de *Compliance*: Com o tema "*Compliance* e Sustentabilidade: Desafios e Oportunidades",** o evento enfatizou a importância de uma cultura de *compliance* sólida para enfrentar os desafios regulatórios emergentes relacionados à sustentabilidade. Com a participação massiva de funcionários, as atividades promoveram um maior engajamento e alinhamento com práticas sustentáveis e de conformidade. Além disso, a iniciativa contribuiu significativamente para o fortalecimento das questões de conformidade regulatória, ampliando a conscientização sobre exigências normativas e reforçando o compromisso da instituição com a responsabilidade ambiental, o desenvolvimento sustentável e a governança corporativa.
- **Renovação de certificações profissionais em *compliance*:** No âmbito dos investimentos em capacitação da equipe, **cinco profissionais da área de *compliance* renovaram suas certificações de profissional de *compliance* anticorrupção (CPC-A)**. Essa certificação, reconhecida internacionalmente, reflete o compromisso da equipe em manter-se alinhada às melhores práticas de combate à corrupção e em constante atualização frente às evoluções regulatórias. A renovação dessas certificações fortalece a capacidade da instituição de enfrentar desafios de conformidade com eficiência e integridade.

As iniciativas implementadas ao longo do período demonstram o compromisso contínuo da instituição com a **integridade corporativa, prevenção à lavagem de dinheiro, controles internos e a conformidade regulatória**. O aprimoramento dos processos, aliado à capacitação dos colaboradores e à adoção de metodologias mais eficazes, reforça a solidez da governança corporativa e a mitigação de riscos. Dessa forma, o Banco segue fortalecendo sua cultura de *compliance*, assegurando maior transparência e confiabilidade em suas operações e consolidando sua posição no mercado com responsabilidade e integridade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A. (“Banpará”; “Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2024. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Por que é um PAA?

A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banpará. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2(h), 7.1 e 7.2 às demonstrações financeiras, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Para tanto, o Banpará utiliza políticas internas que consideram a definição de ratings de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo níveis de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito; (b) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade do processo de atribuição de “ratings” aos devedores e suas respectivas operações; (c) análise e testes, com apoio de nossos especialistas em auditoria de sistemas, dos critérios de provisionamento dessas operações e revisão das premissas utilizadas pela Administração, inclusive da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, com base em amostragem; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2 (p), 14 e 16 às demonstrações financeiras, o Banpará é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A atribuição do prognóstico de perda dos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da Administração do Banco, e levam em consideração aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros, apesar da incerteza inerente a prazos e desfechos. Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) obtenção de cartas de confirmação das demandas diretamente com os assessores jurídicos externos e internos e confronto dos prognósticos de perdas e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis; (c) Inspeção da documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; (d) avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados nos casos massificados; (e) apoio de nossos especialistas tributários na avaliação de temas relevantes, prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas; e (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

3. Ambiente de tecnologia da informação

Por que é um PAA?

As operações do Banpará são dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e seus sistemas, capazes de suportar um elevado volume de transações processadas diariamente para fins de integração aos seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, possuem riscos comuns relacionados à segurança, ao processamento e à geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Devido à importância do ambiente geral de tecnologia no contexto das operações do Banpará e, conseqüentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes críticos que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banpará.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração do Banco, foram identificadas deficiências relevantes no ambiente de tecnologia relacionadas à governança sobre gestão de acessos a sistemas, gestão de interfaces e gestão de mudanças. Como consequência, consideramos esse aspecto em nosso planejamento de auditoria para determinados sistemas, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os saldos contábeis, de modo a obtermos evidências adicionais de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

4. Benefícios a empregados

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2 (r) e 19 às demonstrações financeiras, os benefícios pós emprego são ofertados pelo Banco aos seus empregados e correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de plano de previdência complementar e auxílio saúde.

Os benefícios a empregados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. As obrigações desses planos são calculadas com referência às premissas atuariais, incluindo, entre outras, tábua de mortalidade e taxa de desconto.

Devido à incerteza associada às premissas destacadas acima envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de previdência complementar e de auxílio saúde, bem como na definição dos valores prováveis de desembolso, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado. Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras; (b) efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados.

Consideramos que nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas sobre as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são consistentes com dados e informações obtidas em nossa auditoria no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

5. Estrutura de governança sobre o processo de apuração de denúncias

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25.3 às demonstrações financeiras, a Administração do Banco revisou e implementou várias medidas para aprimoramento da estrutura de governança, controles internos e compliance do Banco relativamente ao acompanhamento e endereçamento de denúncias incluindo análises internas sobre procedência e determinação de investigações.

Devido à importância dessa estrutura de governança para o cumprimento das leis e regulamentos no contexto das operações do Banpará e, conseqüentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento, avaliação e testes do novo ambiente geral de apuração de ocorrências; (b) testes, em base amostral, com apoio de nossos especialistas de auditoria forense, sobre ocorrências apresentadas em canal de denúncias; (c) entrevistas com Comitê de Ética, auditoria interna e área de compliance sobre análises e investigações em andamento; (d) revisão das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que a estrutura de governança sobre o processo de apuração de denúncias implementada está aceitável no contexto do cumprimento de leis e regulamentos e para fins de eventuais registros nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banpará, e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banpará. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 06 de março de 2025

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA

DocuSigned by:

Douglas Souza de Oliveira

823E6D3FC28C4F6...

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Parecer e Declarações

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 27 de fevereiro de 2025.

Diretoria Colegiada

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas do período findo em 31 de dezembro de 2024 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 27 de fevereiro de 2025.

Diretoria Colegiada

Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário do Banco do Estado do Pará S.A. (Coaud) é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, atuando com independência em relação à Diretoria da Instituição, composto por três membros independentes, sendo o Coordenador membro independente do Conselho de Administração. Suas atribuições estão previstas na Lei nº 13.303/2016, na Resolução CMN nº 4.910/2021, na Resolução CVM nº 23/2021, no Estatuto Social do Banpará e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, disponíveis no site de Relações com Investidores do Banpará: <https://ri.banpara.b.br/>.

As revisões do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Independente, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

A Administração é responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras do Banpará, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles, gerenciamento de riscos e governança corporativa da Instituição.

À Forvis Mazars Auditores Independentes cabe assegurar que as Demonstrações Financeiras representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banpará, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a legislação societária brasileira e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Aos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, cabe assegurar a adequação, o fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos e da função de *compliance*, com o objetivo de mitigar riscos e disseminar a cultura de controles e de integridade na Instituição.

Atividades Desenvolvidas

As atividades desempenhadas pelo Coaud ao longo do ano estão de acordo com o Plano Anual de Trabalho 2024, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2024. O documento contém o roteiro de atividades, com a definição da natureza e da extensão das informações necessárias à condução dos trabalhos e execução das atividades. Cabe destacar que as atividades executadas são registradas por meio de atas de reuniões que foram encaminhadas ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e estão publicadas, na forma de extratos, no site de Relações com Investidores do Banpará: <https://ri.banpara.b.br/>.

Ao longo do ano de 2024, o Comitê reuniu-se 21 (vinte e uma) vezes, sendo 9 (nove) sessões ordinárias, contemplando 15 (quinze) pautas, e 12 (doze) reuniões extraordinárias, com 16 (dezesesseis) pautas, totalizando 31 (trinta e uma) pautas.

Nesse período, participaram dos encontros, os representantes da Auditoria Interna do Banco, o Diretor de Controle Risco e RI, o Diretor de Tecnologia, o Superintendente de Contabilidade, Orçamento e Controladoria, a Chefe da Ouvidoria e os representantes da empresa de Auditoria Independente.

Pelo Comitê de Auditoria foram tratados assuntos pertinentes às suas responsabilidades que envolvem: contabilidade, sistema de controles internos, auditoria interna e auditoria independente, ouvidoria, transações com partes relacionadas e exposições de risco, sendo dada atenção especial à temática da tecnologia da informação.

Destacamos que foram revisadas previamente à publicação as Demonstrações Financeiras do Banpará, inclusive as Notas Explicativas, Relatórios da Administração e os Relatórios dos Auditores Independentes.

Considerando as informações prestadas no decorrer do período ao Coaud, não foi evidenciado a existência de divergências entre a Auditoria Independente e a Administração referente às Demonstrações Financeiras mencionadas.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas, o Comitê de Auditoria Estatutário do Banco do Estado do Pará S.A. cumpriu com suas atribuições previstas na legislação vigente, no Estatuto Social do Banco e no Regimento Interno do órgão, fundamentado no seu Plano de Trabalho de 2024, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2024.

Destaca-se que o órgão supervisionou, monitorou e avaliou os assuntos que são de sua competência, com fundamento nas atividades desenvolvidas, neste sentido, entende-se que o Coaud vem contribuindo para o processo de governança corporativa do Banpará, com destaque ao aprimoramento das atividades de auditoria interna, tecnologia da informação e risco da Instituição.

Com base na análise dos relatórios encaminhados pelos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, ressalvadas as limitações do escopo de atuação do Comitê, verifica-se que os controles internos estabelecidos pelo Banco estão adequados ao porte e à complexidade dos processos de negócios da Instituição, concluindo-se que não há elementos que comprometam a efetividade do sistema de controles internos.

Com relação à Auditoria Interna e Auditoria Independente constatou-se que atuam com independência, efetividade e qualidade.

Destaca-se, ainda, que conforme o acompanhamento dos Relatórios de Transações com Partes Relacionadas, o Banpará está aderente aos normativos vigentes.

Ressalta-se que não chegou ao conhecimento do Comitê a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

Ademais, em relação às Demonstrações Financeiras, diante do que foi avaliado, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º semestre de

2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 do Banco do Estado do Pará S.A., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado, recomendando, assim, a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém, 05 de março de 2025.

Comitê de Auditoria Estatutário

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º semestre de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos recebidos no decorrer do respectivo período, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e a Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Belém, 05 de março de 2025.

Conselho Fiscal

Declaração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S.A., no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º semestre de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, da Opinião do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal. Com base na análise efetuada, aprovou, por unanimidade, os documentos, por refletirem adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição.

Belém, 06 de março de 2025.

Conselho de Administração

Conselho de Administração	Diretoria Colegiada	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário
Genyce Pires de Amorim Presidente	Ruth Pimentel Mélo Diretora-Presidente	Adler Gerciley Almeida da Silveira Presidente	Sergio Roberto Ribeiro Maciel Coordenador
Ruth Pimentel Mélo Membro	Paulo Roberto Arévalo Barros Filho Diretor	José Pinto Marinho Membro	Maria Luiza Silva Nascimento Membro
Lucy Alvares Anaisse Membro	Vando Vagner Soares Ferreira Diretor	René de Oliveira e Sousa Junior Membro	Rosiomar Santos Pessoa Membro
Igor Barbosa Gonçalves Membro	Igor Barbosa Gonçalves Diretor		
Elias Thiago Gonçalves Lima Membro	Graciele Silva de Sousa Galvão Diretora		
Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Membro	Adriano de Aguiar Ribeiro Diretor		
Raimundo Benedito Pinheiro Membro Independente			
Sergio Roberto Ribeiro Maciel Membro Independente			

Silas Dias Vasconcelos Rodrigues
Contador CRC (PA) nº 15.602/O-3

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

AV. PRESIDENTE VARGAS, 251 – 5º ANDAR
BELÉM PARÁ

Superintendência de Contabilidade, Orçamento e Controladoria - SUCON

Telefone: (91) 3348-3230

SAC: 0800-280-6605

Ouvidoria: 0800-280-9040